

DIRETORIA DE TECN.DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO

Termo de Referência 12/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	200342-DIRETORIA DE TECN.DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO	FRANCISCO CARLOS COELHO	27/05/2026 14:36 (v 0.14)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC	108/2026	08206.000245/2024-18

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de bens para infraestrutura de TIC, como servidor de rede, storage de dados, Nobreak, e Rack de 19”, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	Métrica ou Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Servidor Tipo I	602024	Unidade	60	R\$ 369.090,37	R\$ 22.145.422,20
2	Servidor Tipo II	485194	Unidade	193	R\$ 292.411,12	R\$ 56.435.346,16
3	Servidor Tipo III	481692	Unidade	71	R\$698.364,77	R\$ 49.583.898,67
4	Servidor Tipo IV	476881	Unidade	139	R\$ 380.477,48	R\$ 52.886.369,72
5	Servidor Tipo V	481693	Unidade	30	R\$ 739.946,30	R\$ 22.198.389,00
6	Storage TIPO I	476880	Unidade	37	R\$ 505.200,00	R\$ 18.692.400,00
7	Storage TIPO II	473535	Unidade	24	R\$ 2.352.262,87	R\$ 56.454.308,88
8	Storage TIPO III	622941	Unidade	5	R\$ 540.000,00	R\$ 2.700.000,00

9	Storage TIPO IV	458073	Unidade	9	R\$1.019.840,85	R\$ 9.178.567,65
10	Nobreak de 5KVA	612197	Unidade	249	R\$ 14.795,00	R\$ 3.683.955,00
11	Rack de 19"	617522	Unidade	131	R\$20.492,20	R\$ 2.684.478,2

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos e entidades participantes.

Órgão Gerenciador: DTI/PF					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
1	Servidor Tipo I	Unidade	1	11	11
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	13	13
3	Servidor Tipo III	Unidade	1	29	29
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	13	13
5	Servidor Tipo V	Unidade	1	30	30
6	Storage TIPO I	Unidade	1	7	7
7	Storage TIPO II	Unidade	1	11	11
8	Storage TIPO III	Unidade	1	5	5
9	Storage TIPO IV	Unidade	1	7	7
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	11	11
11	Rack de 19"	Unidade	1	13	13

Órgão Participante: SR/PF/AC					

Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	5	5
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
6	Storage TIPO I	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	5	5
11	Rack de 19"	Unidade	1	2	2

Órgão Participante: SR/PF/AL					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
1	Servidor Tipo I	Unidade	1	1	1
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	2	2
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
6	Storage TIPO I	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	2	2
11	Rack de 19"	Unidade	1	1	1

Órgão Participante: AR/PF/AM					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	7	7

4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
6	Storage TIPO I	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	7	7
11	Rack de 19"	Unidade	1	1	1

Órgão Participante: SR/PF/AP					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	4	4
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
6	Storage TIPO I	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	4	4
11	Rack de 19"	Unidade	1	1	1

Órgão Participante: SR/PF/BA					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
1	Servidor Tipo I	Unidade	1	5	5
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	8	8
3	Servidor Tipo III	Unidade	1	2	2
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	6	6
6	Storage TIPO I	Unidade	1	1	1

7	Storage TIPO II	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	14	14
11	Rack de 19"	Unidade	1	8	8

Órgão Participante: SR/PF/CE					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	3	3
3	Servidor Tipo III	Unidade	1	3	3
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
7	Storage TIPO II	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	5	5
11	Rack de 19"	Unidade	1	2	2

Órgão Participante: SR/PF/ES					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	2	2
3	Servidor Tipo III	Unidade	1	2	2
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
6	Storage TIPO I	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	2	2

11	Rack de 19"	Unidade	1	4	4
----	-------------	---------	---	---	---

Órgão Participante: SR/PF/GO					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	4	4
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
7	Storage TIPO II	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	4	4
11	Rack de 19"	Unidade	1	3	3

Órgão Participante: SR/PF/MA					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	7	7
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
7	Storage TIPO II	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	6	6
11	Rack de 19"	Unidade	1	5	5

Órgão Participante: SR/PF/MT					
Item					

	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
1	Servidor Tipo I	Unidade	1	1	1
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	7	7
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
6	Storage TIPO I	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	8	8
11	Rack de 19"	Unidade	1	5	5

Órgão Participante: SR/PF/MS					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
1	Servidor Tipo I	Unidade	1	5	5
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	11	11
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
6	Storage TIPO I	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	17	17
11	Rack de 19"	Unidade	1	5	5

Órgão Participante: SR/PF/MG					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total

1	Servidor Tipo I	Unidade	1	2	2
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	10	10
3	Servidor Tipo III	Unidade	1	4	4
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
7	Storage TIPO II	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	13	13
11	Rack de 19"	Unidade	1	12	12

Órgão Participante: SR/PF/PA					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
1	Servidor Tipo I	Unidade	1	2	2
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	7	7
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
7	Storage TIPO II	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	9	9
11	Rack de 19"	Unidade	1	9	9

Órgão Participante: SR/PF/PB					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
1	Servidor Tipo I	Unidade	1	2	2

2	Servidor Tipo II	Unidade	1	6	6
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
6	Storage TIPO I	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	2	2
11	Rack de 19"	Unidade	1	2	2

Órgão Participante: SR/PF/PE					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	4	4
3	Servidor Tipo III	Unidade	1	2	2
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
6	Storage TIPO I	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	13	13

Órgão Participante: SR/PF/PI					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
1	Servidor Tipo I	Unidade	1	1	1
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	6	6
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
6	Storage TIPO I	Unidade	1	2	2

10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	5	5
11	Rack de 19"	Unidade	1	4	4

Órgão Participante: SR/PF/PR					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
1	Servidor Tipo I	Unidade	1	4	4
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	8	8
3	Servidor Tipo III	Unidade	1	3	3
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	9	9
6	Storage TIPO I	Unidade	1	2	2
7	Storage TIPO II	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	12	12
11	Rack de 19"	Unidade	1	10	10

Órgão Participante: SR/PF/RJ					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	11	11
3	Servidor Tipo III	Unidade	1	4	4
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	5	5
6	Storage TIPO I	Unidade	1	2	2

10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	22	22
----	-----------------	---------	---	----	----

Órgão Participante: SR/PF/RN					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	3	3
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
6	Storage TIPO I	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	3	3
11	Rack de 19"	Unidade	1	2	2

Órgão Participante: SR/PF/RS					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	15	15
3	Servidor Tipo III	Unidade	1	10	10
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	12	12
6	Storage TIPO I	Unidade	1	3	3
7	Storage TIPO II	Unidade	1	1	1
9	Storage TIPO IV	Unidade	1	2	2
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	20	20
11	Rack de 19"	Unidade	1	18	18

--	--	--	--	--	--

Órgão Participante: SR/PF/RO					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
1	Servidor Tipo I	Unidade	1	2	2
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	7	7
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	6	6
6	Storage TIPO I	Unidade	1	2	2
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	7	7
11	Rack de 19"	Unidade	1	5	5

Órgão Participante: SR/PF/RR					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	3	3
3	Servidor Tipo III	Unidade	1	3	3
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
6	Storage TIPO I	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	4	4
11	Rack de 19"	Unidade	1	3	3

Órgão Participante: SR/PF/SC

Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
1	Servidor Tipo I	Unidade	1	4	4
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	6	6
3	Servidor Tipo III	Unidade	1	3	3
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
7	Storage TIPO II	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	12	12
11	Rack de 19"	Unidade	1	7	7

Órgão Participante: SR/PF/SP					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
1	Servidor Tipo I	Unidade	1	15	15
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	21	21
3	Servidor Tipo III	Unidade	1	6	6
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	22	22
6	Storage TIPO I	Unidade	1	5	5
7	Storage TIPO II	Unidade	1	2	2
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	30	30
11	Rack de 19"	Unidade	1	1	1

Órgão Participante: SR/PF/SE					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
1	Servidor Tipo I	Unidade	1	3	3
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	2	2
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
6	Storage TIPO I	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	3	3
11	Rack de 19"	Unidade	1	1	1

Órgão Participante: SR/PF/TO					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	6	6
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	3	3
7	Storage TIPO II	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	3	3
11	Rack de 19"	Unidade	1	3	3

Órgão Participante: DPF/FIG/PR					
Item	Descrição/ especificação	Unidade de medida	Requisição mínima	Requisição máxima	Quantidade total

1	Servidor Tipo I	Unidade	1	2	2
2	Servidor Tipo II	Unidade	1	5	5
4	Servidor Tipo IV	Unidade	1	6	6
6	Storage TIPO I	Unidade	1	1	1
7	Storage TIPO II	Unidade	1	1	1
10	Nobreak de 5KVA	Unidade	1	6	6
11	Rack de 19"	Unidade	1	4	4

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto como bem de luxo

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de aquisição de solução unificada de Tecnologia da informação, para atendimento das necessidades de negócios das diversas áreas de atuação da Polícia Federal, a forma de cálculo utilizada para a definição do quantitativo de bens que compõem a solução de TIC esta detalhada no Estudo Técnico preliminar apêndice deste Termo de Referência.

2.1.1. A contratação tem como objetivo atender a demanda para os seguintes equipamentos:

2.1.1.1. Servidores de rede para os Núcleos de Tecnologia da Informação, e para os Setores de Tecnologia da Informação da Polícia Federal.

2.1.1.2. Servidores de rede e storage para utilização no SETEC (setor Técnico Científico).

- 2.1.1.3. Servidores de rede para utilização na Diretoria Técnico Científica da Polícia Federal.
- 2.1.1.4. Sistemas ininterruptos de energia (Nobreak), para alimentação dos equipamentos de TIC.
- 2.1.1.5. Rack para instalação e acomodação de equipamentos de TIC.

2.1.2. Das necessidades da infraestrutura de TIC das Unidades descentralizadas da Polícia Federal que compreende as Superintendências, delegacias e postos.

2.1.2.1. A Última grande aquisição de servidores de rede, para atender as unidades centrais e descentralizadas da Polícia Federal, ocorreu no ano de 2017, atualmente os equipamentos adquiridos estão sem garantia, sem possibilidade de expansão, e com capacidade insuficiente para atender as demandas da Polícia Federal.

2.1.2.2. A evolução rápida dos equipamentos de uso pessoal como tablets, e smartphones, com grande capacidade de armazenamento, tem exigido cada vez mais recursos tecnológicos das áreas de investigação Policial, principalmente na capacidade de armazenamento e processamento de dados.

2.1.2.3. Necessidade de servidores para atender a infraestrutura de rede, no processamento e armazenamento de dados.

2.1.2.4. Das funções, aplicações e recursos de software sustentados pelos servidores de rede: Controlador de domínio, servidor DHCP, servidor DNS, servidor de arquivos e demais aplicações.

2.1.3. Das necessidades da Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal (DITEC/PF):

2.1.3.1. A Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal (DITEC/PF), cujas atividades são de caráter eminentemente técnico e científico, faz uso contínuo de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para o desempenho de suas atribuições.

2.1.3.2. A DITEC tem sob sua responsabilidade diversos sistemas informatizados importantes para a segurança pública nacional, dentre os quais podem ser citados: SISCRIM – Sistema Nacional de Gestão das Atividades de Criminalística; SIMBA – Sistema de Movimentação Bancária; INTELIGEO – Sistema de Inteligência Geográfica; e CODIS – Combined DNA Index System.

2.1.3.3. Em razão da criticidade desses sistemas, que são estruturantes para as atividades de perícia criminal desempenhadas tanto na Polícia Federal (SISCRIM, SIMBA e INTELIGEO) quanto em unidades externas (CODIS, utilizado pela Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos – RIBPG), a DITEC necessita contar com uma infraestrutura de TIC que possa viabilizar disponibilidade ininterrupta e elevados níveis de disponibilidade.

2.1.3.4. Os servidores de rede e storage em funcionamento na DITEC estão tecnologicamente ultrapassados, e já excederam os respectivos ciclos de vida útil preconizados no documento “Boas Práticas, Orientações e Vedações para Contratação de Ativos de TIC – Versão 4” (vide https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes-de-tic/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf) publicado em 23/03/2017, itens “1.4. Orientações específicas sobre ciclo de vida”, “1.4.4. ativos de rede” e “1.4.5. servidores de rede, aplicação, equipamentos de backup, armazenamento, segurança, entre outros”, e encontram-se na fase 4 – substituição do item “1.1. escolha do posicionamento adequado da tecnologia”.

2.1.3.5. A infraestrutura de TIC da DITEC é essencial para a continuidade dos recursos e funcionalidades prestados por meio dos sistemas informatizados. A aquisição de novos equipamentos para renovar a infraestrutura de TIC da DITEC é necessária para:

2.1.3.6. Ter cobertura de garantia dos respectivos fabricantes de forma a assegurar que os equipamentos voltarão à operação rapidamente em caso de problemas em componentes, assim contribuindo para manter a disponibilidade ininterrupta dos sistemas da DITEC.

2.1.3.7. Implementar um ambiente de alta disponibilidade (em inglês high availability, ou HA).

2.1.3.8. Aumentar a capacidade de processamento de dados para comportar a demanda futura, levando-se em consideração o crescimento de uso do ambiente atual e os novos projetos em andamento.

2.1.3.9. Não incorrer em custos elevados de manutenção de tecnologia já obsoleta.

2.1.4. Das necessidades das áreas de Perícia Técnica da Polícia Federal (SETEC/UTEC), nas Superintendências Regionais:

2.1.4.1. Disponibilizar infraestrutura computacional para o Sistema de Análise Remota de Dados (SARD). O objetivo do SARD é o de disponibilizar para análise os vestígios digitais materializados pela perícia em exames de equipamentos computacionais ou de dados em nuvem nos casos de crimes de informática indiretos. O sistema consiste em um ambiente estruturado – com equipamentos, arquitetura, softwares, documentos e procedimentos padronizados – que permite a rápida disponibilização dos dados para análise, com controle de acesso aos vestígios digitais, satisfazendo todos os requisitos periciais e processuais para garantir a autenticidade e integridade dos dados e a manutenção da cadeia de custódia. O SARD deverá disponibilizar também, os seguintes recursos: Permitir o download do resultado da análise investigativa do conteúdo de vestígios digitais, funcionar como um ambiente para armazenar dados e permitir a realização de exames periciais de forma remota no caso de crimes de informática diretos, permitir o download do resultado de exames periciais, e facilitar o processo de triagem nas apreensões de equipamentos computacionais.

2.1.5. Da necessidade de equipamentos do tipo nobreak:

2.1.5.1. Serão necessários equipamentos do Tipo reversível Torre/Rack de 5KVA, para alimentação dos servidores de rede e dos storage.

2.1.5.2. São necessários nobreaks com potência de 5KVA, com construção em formato reversível TORRE/RACK, para permitir a instalação em piso ou em Rack de 19”, a instalação em piso é necessária para locais com pouca infraestrutura, ou com pouco espaço.

2.1.5.3. Os Nobreaks serão utilizados nas localidades, para além da alimentação dos servidores e storage desta contratação, alimentar também outros equipamentos, como switch e roteadores.

2.1.6. Da Necessidade de Rack de 19”:

2.1.6.1. Os Racks são necessários para possibilitar a fixação dos equipamentos licitados e dos equipamentos existentes na unidade contratante.

2.1.7. A DTI/PF fará a coordenação do projeto de contratação, a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação atua, dentre as suas diversas atribuições, como a unidade central responsável pela governança, normatização, coordenação e execução de ações relacionadas ao atendimento das necessidades de TIC das áreas de negócio das Unidades Centrais, das Superintendências, das Delegacia e das demais Unidades descentralizadas da PF, viabilizando os recursos e funcionalidades de TIC indispensáveis para a realização das atividades finalísticas.

2.1.7.1. É atribuição da DTI/PF o planejamento coordenado, a contratação centralizada e o provimento dos recursos computacionais básicos para viabilizar os trabalhos dos servidores e demais colaboradores da instituição.

2.1.7.2. As Superintendências e demais Unidades descentralizadas da PF, por sua vez, atuam de forma autônoma e coordenada com as boas práticas e orientações da DTI/PF provendo, implantando e operando os recursos e serviços de TIC em seus estados, bem como apoiando e interagindo localmente com todos os usuários em suas respectivas unidades.

2.1.7.3. A Diretoria de Tecnologia da Informação e Inovação adota a política de contratação centralizada de bens comuns de TIC com o objetivo de registrar ATAs que oferecem recursos de forma padronizada para todas as unidades da PF no Brasil e reduzem custos em razão da escala da aquisição.

2.1.8. A demanda não é atendida atualmente pela central de compras do Governo Federal.

2.1.9. Os itens necessários para atender a demanda, não constam do catálogo de itens padronizados do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

2.1.10. Os itens necessários para atendimento da demanda, não constam do PMC-TIC (Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas).

2.1.11. Dimensionamento da demanda:

2.1.11.1. A estimativa da demanda leva em consideração o Organograma da Polícia Federal, com suas 27 superintendências, delegacias e postos em todo o território nacional, e ainda a quantidade de usuários e os requisitos de negócios da Polícia Federal.

2.1.11.2. De acordo com o Organograma da Polícia Federal a DT/PF (Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Federal), será responsável por todo o planejamento da contratação de forma centralizada, é pelo dimensionamento da demanda de todas as unidades da Polícia Federal no Distrito Federal. O dimensionamento das demandas das Unidades descentralizadas da Polícia Federal, foi realizado em conjunto com cada uma das Unidades da PF, pa

2.1.11.3. para o dimensionamento da demanda junto as Unidades descentralizadas da PF, foram utilizados dados de sistemas de controle de material, dados de RH para levantamento do efetivo, e ainda particularidades de algumas localidades. Para a fase de planejamento foi utilizado a comunicação via ferramenta do Microsoft Teams com as unidades descentralizadas, tanto em reuniões coletivas como individuais, seguindo-se o seguinte roteiro:

2.1.11.4. Reunião com as Unidades descentralizadas para apresentação do projeto, e orientações gerais sobre o dimensionamento.

2.1.11.5. Envio de planilha para as Decentralizadas, com a quantidade de equipamentos considerados necessários para as Unidades, cabendo a cada Unidade propor ajustes para mais ou para menos, com a apresentação de justificativa no caso de acréscimo, para tanto foram geradas três planilhas para cada Unidade Gestora: Planilha com a demanda definida pelo órgão central através do estudo da Unidade, análise da planilha pela Unidade descentralizada com aprovação ou pedido de ajustes, análise e validação pelo órgão central.

2.1.11.6. Envio de processo SEI 08206.000894/2025-08, com orientações sobre o planejamento da contratação, quanto ao cadastro e encaminhamento dos Documentos de Formalização da Demanda de cada Unidade da PF.

2.1.11.7. Envio de processo SEI 08206.001217/2025-07, com orientações quanto ao Termo de participação na contratação, considerando que o planejamento prevê a publicação de uma IRP (Intenção de registro de preços) para posterior ATA de registro de preços.

2.1.11.8. A Documentação referente a demanda de cada Unidade da Polícia Federal, esta detalhada no tópico 7 do Estudo Técnico Preliminar.

2.1.12. Dimensionamento da demanda das Unidades descentralizadas da PF (NTI/STI):

2.1.12.1. Não estão previstos nesta demanda equipamentos para novos sistemas de videomonitoramento, uma vez que essas soluções são customizadas em função do ambiente e de necessidades específicas, sendo mais recomendável a aquisição da solução com os servidores de processamento e dos meios de armazenamento de imagem.

2.1.12.2. Serão atendidas localidades com sistemas de videomonitoramentos existentes, com necessidade de substituição ou ampliação dos servidores de armazenamento de dados.

2.1.12.3. A definição do tipo de equipamento por Unidade Gestora da Polícia Federal, leva em conta a infraestrutura existente nas superintendências e delegacias, contabilizando a quantidade de Máquinas Virtuais, sistemas, quantidade de usuários, necessidade de espaço para armazenamento de dados, e o espaço de armazenamento utilizado atualmente.

2.1.12.4. O dimensionamento da demanda leva em consideração as Informações dos equipamentos existentes, obtidas com o sistema de gestão de materiais e-log, o aproveitamento dos servidores substituídos em tarefas secundárias, o Tipo de equipamento necessário para a localidade, especificações, e ambiente de emprego.

2.1.12.5. A necessidade de armazenamento de setores específicos, como SIP e DRE, será atendida por Máquinas Virtuais (VM) com função de servidor de arquivo, utilizando espaço de armazenamento dos servidores do NTIs/STIs, para as unidades da PF apartadas fisicamente do ambiente das superintendências ou delegacias, foram contabilizados equipamento para esse atendimento.

2.1.12.6. O dimensionamento dos servidores de rede leva em consideração uma quantidade média de 8 máquinas virtuais por local de instalação, sendo previstas as seguintes VMs: VM do controlador de domínio; VM do servidor de DNS e DHCP; VM do REF; VM do PABX IP; VM do servidor de impressão; VM do SISCART; VM do Servidor de arquivos 1; e VM do Servidor de arquivos 2.

2.1.12.7. Uma Máquina Virtual (VM) necessita em média de 4 núcleos de processamento, 8 GB de memória RAM e 4 TB para o sistema operacional e armazenamento de arquivos. Desta forma para 8 máquinas virtuais usadas em média em uma unidade da PF, é necessário 32TB de armazenamento.

2.1.12.8. Para superintendências e algumas delegacias de grande porte são previstos dois servidores dedicados a sustentação de máquinas virtuais, operando de forma redundante, para garantir a disponibilidade dos recursos computacionais.

2.1.12.9. Servidores de rede destinados a sistemas de CFTV, são de uso exclusivo para essa finalidade, o compartilhamento de servidores de rede do CFTV com outras funcionares computacionais, implica no desempenho da infraestrutura computacional. O dimensionamento de cada servidor de CFTV leva em consideração a quantidade de câmeras, o tipo de gravação, o tipo de arquivo e o tempo de retenção pretendido para os vídeos gravados.

2.1.12.10. O volume estimado de armazenamento de dados para uma superintendência de médio e pequeno porte é de 100TB, estimado nos últimos 5 anos, o espaço de armazenamento do servidor

Tipo II prevê um crescimento proporcional nos próximos 5 anos, o servidor Tipo I será utilizado em locais menores e tem uma previsão de crescimento menor.

2.1.12.11. O volume estimado de armazenamento de dados para uma superintendência de grande porte é de 180TB, estimado nos últimos 5 anos, o espaço e armazenamento do servidor Tipo III prevê um crescimento proporcional nos próximos 5 anos.

2.1.12.12. As informações são obtidas com amostras em servidores de rede em operação nas unidades da Polícia Federal, não foi possível acesso a todos os servidores por questão de confidencialidade de investigação e dados sigilosos.

2.1.12.13. A especificação do servidor leva em consideração a quantidade de máquinas virtuais, a quantidade de núcleos de processamento, quantidade de memória RAM e espaço de armazenamento. A máquina virtual utilizada como servidor de arquivo é a que mais consome espaço de armazenamento em uma rede de dados, desta forma o espaço de armazenamento do servidor definido tem como objeto atender as demandas atuais e futuros de armazenamento no servidor de arquivos.

2.1.12.14. Os servidores de rede do Tipo I, Tipo II, e Tipo III, são dimensionados em função do espaço de armazenamento necessário atual, futuro, e com as especificações que o mercado de tecnologia é capaz de atender.

2.1.12.15. Por questão de padronização, eficiência no processo de contratação, e maior competitividade, e considerando a análise de amostra das volumetrias, os servidores para a atendimento das principais demanda das unidades descentralizadas da Polícia Federal, foram divididos em 3 tipos (Tipo I, Tipo II, e Tipo III, esses modelos são capazes de atender a maioria das aplicações de uma superintende ou unidade descentralizada da Polícia Federal.

2.1.12.16. Servidor de rede Tipo I: Para localidades pequenas, com pouco infraestrutura física.

2.1.12.17. Servidor de Rede Tipo II: Para superintendências pequenas e médias, até 400 usuários.

2.1.12.18. Servidor de Rede Tipo III: Para superintendências grandes, acima de 400 usuários.

2.1.13. Dimensionamento da demanda das Unidades descentralizadas da PF - Infraestrutura para SETEC /UTEC:

2.1.13.1.A demanda do SETEC e da UTEC nas superintendências, será atendida por infraestrutura específica, não demandando o armazenamento do NTI/STI, para laudos e arquivos periciais.

2.1.13.2.O Servidor de Rede TIPO IV é para uso na Solução SARD, nas áreas de Perícia Técnica da Polícia Federal (SETEC/UTEC).

2.1.13.3.Os Storages Tipo I e Tipo II, com tecnologia NAS, são para emprego na Solução SARD, nas áreas de Perícia Técnica da Polícia Federal (SETEC), que estão localizadas nas Superintendências Regionais.

2.1.13.4.O storage do Tipo I será utilizado em superintendências de pequeno e médio porte (até 400 usuários), enquanto o storage do Tipo II será utilizado em superintendências de grande porte (mais de 400 usuários).

2.1.13.5.Para armazenamento de dados na UTEC, em localidades de pequeno porte será utilizado o servidor Tipo I.

2.1.13.6.Os cálculos do dimensionamento dos equipamentos para o Sistema SARD consta do Estudo Técnico Preliminar.

2.1.14. As especificações são baseadas nas análises de mercado do tópico 8 do ETP, o levantamento de mercado é previsto no inciso II do art. 11, da IN SGD/ME nº 94/2022.

2.1.14.1.No tópico 8 do ETP foram analisados os processadores, memórias, dispositivos de armazenamento de dados, tipos de nobreak para fornecimento de energia ininterrupta para equipamentos de TIC, e racks para instalação de equipamentos de TIC.

2.1.14.2.São utilizados dois processadores para atender as necessidades de virtualização da PF.

2.1.14.3. A quantidade de núcleos de processamento, e de memória, atendem aos requisitos das máquinas virtuais utilizadas na Polícia Federal.

2.1.14.4.O tamanho do armazenamento é o necessário para os arquivos atuais e futuros.

2.1.14.5.As configurações são as necessárias para atender as topologias de infraestrutura das unidades da PF.

2.1.15. As planilhas com as quantidades por localidade da Polícia Federal, com a memória de cálculo, estão no Estudo Técnico Preliminar.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP:00394494000136-0-000038/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 29/05/2025 (Última atualização: 05/02/2026);
- III) Id do item no PCA: 167 a 204;
- IV) Classe/Grupo: 10-COMPUTADORES; 7030-EQUIPAMENTOS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS; 6110-EQUIPAMENTOS DE CONTROLE ELÉTRICO; e 7125-ARMÁRIOS E ESTANTE;
- V) Identificador da Futura Contratação: 200342-108/2026;

2.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024 a 2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024 a 2027 do Polícia Federal, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
N1	Objetivo Estratégico N4 do Plano Estratégico Institucional 2024 a 2027 Formar a Polícia do futuro, moderna e inovadora
N2	Objetivo Estratégico N4.3 do Plano Estratégico Institucional 2024 a 2027 Aumentar a eficácia do planejamento e das ações previstas no PDTIC do biênio 2024/2025, executando, no mínimo, 40% de suas ações.

N3	Objetivo Estratégico N4.3.1 do Plano Estratégico Institucional 2024 a 2027 Entender, priorizar, executar e monitorar as necessidades de TIC.
N4	Objetivo Estratégico N4.3.1.1 do Plano Estratégico Institucional 2024 a 2027 Implementar 3 iniciativas para governança e gestão de TIC.
N5	Objetivo Estratégico N4.3.1.2 do Plano Estratégico Institucional 2024 a 2027 Implementar 5 ações para melhorar o acompanhamento e execução de projetos de TIC.
M1	Objetivo Estratégico M1 da Estratégia de Governança Digital 2024 a 2027 Aprimorar a qualidade dos serviços públicos com abordagem inclusiva, acessível, proativa e em canais integrados de atendimento, com atenção à experiência dos usuários.
M2	Objetivo Estratégico M4 da Estratégia de Governança Digital 2024 a 2027 Ampliar a resiliência e a maturidade das estruturas tecnológicas governamentais com atenção à privacidade, proteção de dados pessoais, segurança da informação e segurança cibernética.
M3	Objetivo Estratégico M6 da Estratégia de Governança Digital 2024 a 2027 Dispor de infraestrutura moderna, segura, escalável e robusta, considerando princípios de sustentabilidade, para a implantação e evolução de soluções de governo digital, promovendo soluções estruturantes compartilhadas, uso de padrões comuns e a integração entre os entes federado.

ALINHAMENTO AO PDTIC 2024 a 2027			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A82	Contratar solução de armazenamento de dados corporativos para Datacenter (storage).	N6	Manutenção e modernização do parque tecnológico e da infraestrutura de TIC.
A107	Aprimorar e atualizar infraestrutura de rede física de dados de unidades descentralizadas.	N6	Manutenção e modernização do parque tecnológico e da infraestrutura de TIC.
	Contratar infraestrutura de processamento,	N6	

A108	armazenamento e backup (servidores e storage) das superintendências, delegacias e demais unidades.	Manutenção e modernização do parque tecnológico e da infraestrutura de TIC.
------	--	---

2.4. A contratação está alinhada com o DECRETO Nº 12.198, DE 24 DE SETEMBRO DE 2024, que Institui a Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027 e a Infraestrutura Nacional de Dados, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024-2027, segue as diretrizes do DECRETO Nº 12.198, DE 24 DE SETEMBRO DE 2024.

2.5. Os equipamentos licitados levam em consideração as questões da segurança da informação, da ética, e os preceitos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

2.6. Por ser órgão de segurança pública, as especificações técnicas, os requisitos de segurança e de privacidade da informação, e as necessidades de negócios, levam em consideração o possível compartilhamento de dados entre as instituições públicas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste em aquisição na forma de investimento, de bens como servidores de rede, storage de dados, rack de 19", e nobreak. A solução tem como objetivo atender as necessidades de negócios do item 4 do ETP (Estudo Técnico Preliminar), as necessidades tecnológicas do item 5 do ETP, e aos demais requisitos do item 6 do ETP, apêndice deste Termo de Referência.

3.2.1. Trata-se de contratação de bens, a garantia técnica, o software, a instalação, e a logística, são partes integrantes do item da contratação, não devendo ser faturados como serviço.

3.3. As especificações técnicas detalhas dos equipamentos, como espaço de armazenamento, quantidade de memórias, processadores e capacidades, estão detalhas no Anexo I deste Termo de Referência.

3.4. As especificações e exigências técnicas constantes neste Termo de Referência são estritamente necessárias e suficientes para atender, de forma eficaz, as necessidades técnicas e operacionais das unidades da Polícia Federal, as exigências técnicas estabelecidas não comprometem indevidamente a competitividade da licitação, e são atendidas de forma ampla e padronizadas pelo mercado, as soluções de mercado foram levantadas e analisadas na elaboração do estudo Técnico Preliminar da Contratação.

3.5. Trata-se de solução única de Tecnologia da Informação e Comunicação, a contratação dos nobreaks e racks de 19" no mesmo processo leva em consideração os seguintes fatores:

3.5.1. os equipamentos do tipo Nobreak especificados no Termo de Referência, possuem características técnicas voltadas para equipamentos como servidor de rede e storage, esses nobreaks possuem circuitos de dupla conversão para garantir uma saída de onda senoidal adequada para uso de equipamentos de TIC.

3.5.2. Os racks de 19" são adequados para os equipamentos do tipo servidor e storage da contratação, onde são levados em conta a alimentação elétrica, refrigeração, espaço, e segurança dos equipamentos instalados.

3.5.3. Não se idêntica nenhum prejuízo a contratação, considerando que os itens serão licitados separadamente, possibilitando ampla concorrência.

3.5.4. O dimensionamento das quantidades foi definido no Tópico 7 (Estimativa da Demanda – Aquantiada de Bens) do Estudo Técnico Preliminar da Contratação.

3.5.5. O Tópico 2 deste Termo de Referência, e o Tópico 7 do Estudo Técnico Preliminar da Contratação, detalham as metodologias utilizadas no dimensionamento da demanda.

3.6. Os Servidores de Rede Licitados devem apresentar as seguintes conformidades:

3.6.1. O fabricante do item ofertado, deverá constar como membro do padrão UEFI.

3.6.2. Suportar o sistema operacional Windows Server 2019 ou superior, comprovado através do HCL (Hardware Compability List) ou Compability Guide da Microsoft no link: <http://www.windows-servercatalog.com>;

3.6.3. Possuir certificado para o sistema operacional Red Hat Enterprise Linux 8 ou posterior, comprovado no HCL (Hardware Compatibility List) da Red Hat, ou comprovação através de laudo técnico.

3.6.4. Suportar virtualização VMware ESXi 8.0 ou superior.

3.6.5. O processador deverá ter índice SPEC CPU2017 Integer Rate Results (Baseline) auditado para 2 processadores. Os índices SPEC CPU2017 Integer Rate Results (Baseline) utiliza-dos como referência serão validados junto ao site da Internet <http://www.spec.org/> Standard Performance Evaluation Corporation. Não serão aceitas estimativas para modelos / famílias de processadores não auditados pelo SPEC, resultados obtidos com a utilização de servidores em cluster, bem como estimativas em resultados inferiores ao mínimo especificado. O índice SPEC CPU2017, consta na configuração detalhada de cada servidor de rede.

3.6.6. A especificação foi inserida em alinhamento com a PORTARIA Nº 5633-DG/DPF de 2015, que Institui a Política de Gestão de Riscos de Segurança da Informação da Polícia Federal.

3.7. Especificações da BIOS dos Servidores de Rede:

3.7.1. Deve ser do mesmo fabricante do equipamento ou produzido por terceiros para seu uso exclusivo com direitos Copyright;

3.7.2. O fabricante do equipamento deverá possuir direitos de edição com o fornecimento de atualizações sempre que necessário, seja para compatibilizar com novas versões do Sistema Operacional ou para corrigir qualquer problema verificado durante a vida útil do equipamento;

3.7.3. Deve estar em conformidade com as diretrizes do NIST (National Institute of Standards and Technology): SP 800-193;

3.7.4. Deverá permitir a verificação da integridade e autenticidade do código da BIOS/UEFI em execução, através da varredura de sua imagem em tempo real;

3.7.5. Com recurso para bloquear e impedir alterações maliciosas ou involuntárias nas configurações na BIOS /UEFI, na controladora de gerenciamento e alterações nas versões de firmware;

3.7.6. Com suporte a plug-and-play;

3.7.7. Atualizável por software, tipo Flash EPROM ou Flash ROM;

3.7.8. Com sistema de diagnóstico de hardware executado na inicialização do POST, com análise da CPU, memória, e dispositivos de boot;

3.7.9. Deve permitir a restrição através de senha de acesso para inicialização e supervisão.

3.7.10. A especificação foi inserida em alinhamento com a PORTARIA Nº 5633-DG/DPF de 2015, que Institui a Política de Gestão de Riscos de Segurança da Informação da Polícia Federal.

3.8. Os equipamentos do tipo servidor e storage, deverão ser entregues, instalados e testados, pelo Fornecedor. A instalação também poderá ser realizada por equipes da contratante, quando solicitado pela contratante, mediante assistência da Contratada, a instalação do equipamento pela Contratante não compromete a garantia do equipamento.

3.9. Os servidores de rede devem atender as seguintes especificações de segurança Cibernética:

3.9.1. O servidor deve implementar mecanismos de garantia de integridade e autenticidade do código da BIOS /UEFI, antes de sua execução, por meio de assinatura digital que poderá ser validada usando chave criptográfica imutável armazenada em hardware segundo as especificações NIST SP800-147B. A especificação foi inserida em alinhamento com a PORTARIA Nº 5633-DG/DPF de 2015, que Institui a Política de Gestão de Riscos de Segurança da Informação da Polícia Federal.

3.9.2. Deve ser atualizável por software e permitir recuperar, automaticamente, o estado da BIOS/UEFI para uma versão anterior íntegra, salva em área de memória oculta, em caso de falha de atualização da BIOS ou em incidentes de segurança;

3.9.3. O servidor deve prover mecanismos preliminares às atualizações de firmware da BIOS/UEFI e de firmware da controladora de gerenciamento remoto que assegurem que os pacotes de atualização de firmware possuam assinatura digital cuja autenticidade poderá ser verificada usando chave criptográfica imutável armazenada em hardware;

3.9.4. Possuir recurso que permita bloquear e impedir alterações maliciosas ou involuntárias nas configurações na BIOS/UEFI, na configuração da controladora de gerenciamento e alterações de versões de firmware já instalados no equipamento;

3.9.5. Deverá ser fornecido com Módulo TPM 2.0;

3.9.6. O servidor deverá emitir alerta de abertura do gabinete.

3.10. Os servidores de rede deverão vir acompanhados de solução de gerenciamento do próprio fabricante, implementada através de recursos de hardware e software, com as seguintes características:

3.10.1. As funcionalidades de gerenciamento e monitoramento de hardware devem ser providas por recursos do próprio equipamento (controladora de gerenciamento) e independente de agentes ou sistema operacional;

3.10.2. Interface de rede dedicada para gerenciamento, que suporte nativamente a atribuição de endereçamento IP dinâmico, e alocação fixa de endereço IP;

3.10.3. A console virtual deverá ser acessível via interface HTML5, caso necessite de algum tipo de plugin licenciado, o mesmo deverá ser fornecido com licenciamento por pelo menos 5 anos. Deverá suportar os protocolos de gerenciamento, IPMI e SNMP, SSH e REDFISH.

3.10.4. Deverá permitir habilitar autenticação utilizando, pelo menos, dois fatores de autenticação (2FA) para acesso à controladora de gerenciamento, podendo ser utilizada validação de certificado digital para tal finalidade.

3.10.5. Deverá suportar autenticação local e através de integração com MS Active Directory ou LDAP.

- 3.10.6. Com autenticação através de login e senha.
- 3.10.7. Com suporte aos protocolos de criptografia SSL para acesso Web e SSH para acesso CLI.
- 3.10.8. A controladora de gerenciamento do servidor deverá permitir operar em modo de segurança criptográfica padrão FIPS 140-2 ou versão superior”.
- 3.10.9. Possuir recurso que permita bloquear e impedir alterações maliciosas ou involuntárias nas configurações na BIOS/UEFI, na controladora de gerenciamento e alterações nas versões de firmware;
- 3.10.10. Deverá permitir o controle remoto da console do servidor do tipo virtual KVM, independente de sistema operacional ou software agente.
- 3.10.11. Deverá permitir acesso do tipo Console Virtual do mesmo fabricante dos servidores ofertados, que permita gerenciar, monitorar e configurar parâmetros físicos dos servidores de forma remota e centralizada.
- 3.10.12. Com capacidade de monitoramento remoto, de todo o hardware das condições de funcionamento dos equipamentos e seus componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladora RAID, discos, fontes de alimentação, NICs e ventiladores.
- 3.10.13. Permitir verificar a integridade e autenticidade do código da BIOS/UEFI;
- 3.10.14. Deverá permitir customização de alertas e automatização de execução de tarefas, devendo permitir a configuração do BIOS e do RAID através de templates pré-definidos.
- 3.10.15. Deverá permitir a instalação de update e configuração remota de sistemas operacionais, drivers e firmwares, através de solução de deployment compatível com a solução ofertada.
- 3.10.16. Deverá possibilitar o download de atualizações de firmwares, BIOS e drivers diretamente do site do fabricante do servidor.
- 3.10.17. As atualizações de firmwares, BIOS e drivers devem possuir tecnologia de verificação de integridade do fabricante, de modo a garantir a autenticidade.
- 3.10.18. A ferramenta de gerenciamento deverá realizar varreduras periódicas para validar versões de firmware disponíveis no servidor e compará-las com um padrão de configuração pré-estabelecido ou versões de um repositório, a fim de identificar na console única de gerenciamento os equipamentos que não estejam em conformidade com o padrão institucional.
- 3.10.19. Deverá permitir criação de perfis (baselines) de configuração para detectar desvios relacionados ao firmware dos componentes de hardware.
- 3.10.20. Permitir a detecção de pré-falhas dos componentes de hardware.
- 3.10.21. Deverá permitir ligar, desligar e reiniciar os servidores remotamente e independente do sistema operacional.
- 3.10.22. Deverá possuir recurso remoto que permita o completo desligamento e reinicialização (Hard-Reset) remoto do equipamento através da interface de gerência ou através de solução alternativa (Hardware/Software).
- 3.10.23. Deverá permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto ou imagens ISO, e compartilhamentos de rede NFS/CIFS.

- 3.10.24. O software de gerenciamento deverá realizar descoberta automática dos servidores, permitindo inventariar os mesmos e seus componentes.
- 3.10.25. Deverá suportar monitoramento remoto (1:1 e 1:N) do consumo de energia elétrica e temperatura dos servidores, através de exibição gráfica, com geração de alertas.
- 3.10.26. A solução de gerenciamento deverá possibilitar a criação de grupos para gerenciamento de outros servidores do mesmo fabricante;
- 3.10.27. Com recurso de controle dos servidores via KVM Virtual (Teclado, Vídeo e Mouse).
- 3.10.28. Com função de emitir alertas de anormalidade de hardware através do software de gerência e suportar o encaminhamento via e-mail e trap SNMP;
- 3.10.29. Com funcionalidade que permita que os discos locais do servidor sejam apagados de forma definitiva através de tecnologia de regravação de dados ou similar. Esta funcionalidade deve possibilitar que sejam definitivamente apagados quaisquer disco dentro do servidor, suportando discos físicos (HDDs), discos criptografados (SEDs) e dispositivos de memória não volátil (SSDs e NVMe);
- 3.10.30. deverá incluir software de gerenciamento com console único que permita centralizar o gerenciamento e administração simultânea de vários servidores do mesmo fabricante, a partir de uma interface gráfica única.
- 3.11. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).
- 3.12. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.
- 3.13. Em atendimento a recomendação do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (6ª edição, setembro/2023), página 276:
- 3.13.1. Só será admitida a oferta de equipamentos, que cumpram os critérios de segurança, de compatibilidade eletromagnética, e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO, ou na Portaria INMETRO Nº 304 DE 06/11/2023, com comprovação de atendimento por qualquer meio válido, ou certificação internacional, ou laudo pericial.
- 3.13.2. Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

- 4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- 4.1.1. Disponibilizar equipamentos de infraestrutura de rede, do tipo servidor e storage de dados, para possibilitar a execução das atividades Policiais, e atendimento ao público;
- 4.1.2. Disponibilizar equipamentos de infraestrutura de rede, do tipo servidor e storage de dados, para possibilitar a execução das atividades Policiais, e atendimento ao público;
- 4.1.3. Disponibilizar equipamentos para implementação de novas soluções corporativas.
- 4.1.4. Possibilitar maior agilidade no trabalho da perícia, de modo a atender o volume crescente de solicitações de exames, bem como a crescente complexidade e capacidade das mídias apreendidas, possibilitar acesso aos arquivos extraídos de dispositivos apreendidos (extração de dados), prover à equipe de investigação novas alternativas de trabalho;
- 4.1.5. Possibilitar a manutenção do atendimento da exigência do Código de Processo Penal sobre perícia, e laudo sobre vestígios de crime.
- 4.1.6. Disponibilizar equipamento para uso no sistema INTELIGEO, que trabalha no processamento de imagens de satélite.
- 4.1.7. Disponibilizar equipamentos para que a DITEC/PF possa sustentar e operar seus diversos sistemas informatizados importantes para a segurança pública nacional, como: SISCRIM (Sistema Nacional de Gestão das Atividades de Criminalística), SIMBA (Sistema de Movimentação Bancária), INTELIGEO (Sistema de Inteligência Geográfica), e CODIS (Combined DNA Index System).
- 4.1.8. São áreas de negócios da Polícia Federal:
- 4.1.8.1. Atividades de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, segurança privada, controle de produtos químicos, controle de armas, registro de estrangeiros, controle migratório e outras de polícia administrativa;
 - 4.1.8.2. Segurança institucional, de grandes eventos, de dignitários e de depoentes especiais;
 - 4.1.8.3. Segurança de Chefe de Missão Diplomática acreditado junto ao governo brasileiro e de outros dignitários estrangeiros em visita ao País;
 - 4.1.8.4. Identificação humana civil e criminal;
 - 4.1.8.5. Emissão de documentos de viagem;
 - 4.1.8.6. Perícia técnico-científica;
 - 4.1.8.7. Investigação criminal no âmbito Federal.
 - 4.1.8.8. Quanto ao Processo de trabalho:
 - 4.1.8.9. Disponibilizar equipamentos de infraestrutura de rede, do tipo servidor e storage, para armazenamento e processamento de dados, para possibilitar a execução das atividades Policiais, e atendimento ao público.
- 4.1.9. As atividades da Polícia Federal são previstas na Constituição Federal do Brasil, Art. 144, parágrafo 1, Incisos I e II.

Requisitos de Capacitação

- 4.2. Será necessário treinamento à equipe que atuará com a solução. O treinamento deverá ser de no mínimo 20 horas de duração.

4.2.1. Não será contratado item de treinamento devendo a contratada fazer a passagem de conhecimento da manutenção e operação dos equipamentos do tipo storage, para a contratante durante a instalação dos itens;

4.2.2. A passagem de conhecimento poderá ser na modalidade remota, para até 3 técnicos indicados por cada unidade contratante.

4.2.3. A passagem de conhecimento deverá abordar os seguintes assuntos: Montagem e conexão dos módulos que compõem o storage, configuração lógica do storage, e interpretação de falhas.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

4.4. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução;

4.4.1. Por se tratar de compra de bens, será necessária manutenção corretiva caso o equipamento apresente falha, a manutenção será coberta pela garantia.;

4.4.2. O acionamento da garantia para reparo ocorrerá depois de avaliação, ou detecção da falha pelas equipes da Contratante.

Requisitos Temporais

4.5. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 90 dias corridos para as capitais dos estados e de 120 dias corridos para as demais localidades, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.6. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e

4.6.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação da Polícia Federal;

4.6.2. Em atendimento ao artigo 4º, Inciso II, alínea “a”, da Portaria MJSP nº 513 de 15 de setembro de 2020, que dispõe sobre a implantação de Programa de Integridade em empresas contratadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Empresa contratada deverá estabelecer normas gerais de integridade em conformidade com as alíneas “b” a “i” da Portaria MJSP nº 513 de 15 de setembro de 2020. A Empresa contratada deverá estabelecer normas gerais de integridade em até 6 (seis) meses para contratos de até 12 (doze) meses.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.7. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.7.1. Cumprir os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos no Termo de Referência.

4.7.2. Não conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.8. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica descritos a seguir:

4.8.1. Atender integralmente o disposto no tópico 3 deste termo de referência (descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto), e as especificações técnicas do Anexo I do Termo de Referência.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.9.1. Atender integralmente o disposto no tópico 3 deste Termo de Referência.

Requisitos de Implantação

4.10. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.10.1. A Contratada deverá entregar os equipamentos nos locais indicados na Ordem de Fornecimento de Bens;

4.10.2. Cada Unidade da Polícia Federal será responsável por seu contrato, e por acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos itens adquirido;

4.10.3. A unidade contratante, deverá prover os meios elétricos e de infraestrutura para instalação dos itens.

4.10.4. Os equipamentos do tipo servidor e storage, deverão ser entregues, instalados e testados, pelo Fornecedor. A instalação também poderá ser realizada por equipes da contratante, quando solicitado pela contratante, mediante assistência da Contratada, a instalação do equipamento pela Contratante.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.11. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo:

4.12. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses para os itens de servidores e Storage, 24 (vinte e quatro) meses para itens de nobreak, 12 (doze) meses para Racks de 19", ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.13. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

4.14. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.15. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.16. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.17. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.18. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até:

4.18.1. Para atendimento em garantia, nas capitais e regiões metropolitanas, exceto Rio Branco, Maceió, Macapá, São Luiz do Maranhão, Natal, Porto Velho, Boa Vista e Aracaju, o tempo de solução definitiva de defeitos deverá ser de até 72 horas corridas (excluídos sábados, domingos e feriados). Caso a abertura do chamado tenha se realizado fora de horário comercial será considerado como momento da abertura do chamado a primeira hora comercial posterior disponível. Para atendimento em garantia nas localidades de Rio Branco, Maceió, Macapá, São Luiz do Maranhão, Natal, Porto Velho, Boa Vista, Aracaju, e nas demais cidades, o tempo de solução definitiva de defeitos deverá ser de até 144 horas corridas (excluídos sábados, domingos e feriados). Caso a abertura do chamado tenha se realizado fora de horário comercial será considerado como momento da abertura do chamado a primeira hora comercial posterior disponível.

4.19. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.20. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.21. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.21.1. Quando a Contratada não for a fabricante, a contratada deverá ser autorizada pela fabricante para comercializar e prestar a garantia do equipamento fornecido, a comprovação deverá ser por meio de declaração do fabricante.

4.21.2. Os equipamentos deverão estar listados no endereço eletrônico do Fabricante, para que a Contratante possa verificar todos os dados do equipamento através do seu serial ou ID.

4.21.3. Deverá ser disponibilizado, pela Contratada, uma central para abertura de chamados para atendimento da garantia dos equipamentos, com um número telefônico com prefixo 0800 (DDD com chamada gratuita), o atendimento aos chamados deve seguir um procedimento padrão, com o objetivo de realizar o diagnóstico do defeito e/ou orientar a solução do problema por telefone e um endereço eletrônico, para suporte técnico e abertura de chamados técnicos, comprometendo-se a Contratada em manter a Contratante informada de qualquer mudança deste contato durante a vigência da garantia. Os chamados serão registrados e deverão estar disponíveis para acompanhamento pela equipe da Contratante, contendo data e hora da chamada, o problema ocorrido, a resolução, data e hora de conclusão. A central de atendimento deverá atender das 08h às 18h (horário oficial de Brasília), em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira.

4.21.4. A movimentação dos equipamentos entre unidades da CONTRATANTE, efetuado com recursos próprios, NÃO exclui a garantia.

4.21.5. A cobertura de garantia deve ser on-site.

- 4.21.6. O deslocamento de equipes técnicas da CONTRATADA para prestação da garantia, será inteiramente de responsabilidade da CONTRATADA, sem gerar custos para a CONTRATANTE.
- 4.21.7. Durante o prazo de garantia, todos os eventuais erros ou falhas, locomoções, trocas de equipamentos, atualizações de firmware identificado e todas as atividades para execução da garantia deverão ser corrigidos/fornecidos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 4.21.8. A CONTRATADA poderá optar pela substituição do equipamento por outro idêntico, sem gerar qualquer tipo de custos para a Contratante, mesmo nesses casos os tempos de atendimento de garantia deverão ser cumpridos.
- 4.21.9. Durante o prazo de garantia do equipamento, será substituída, sem ônus para o contratante, a parte ou peça defeituosa, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado dos equipamentos, desde que, neste último caso, devidamente comprovada por laudo técnico expedido pelo fornecedor e confrontado com análise técnica por parte da Contratante.
- 4.21.10. Quando da manutenção, as peças a serem substituídas devem ser de mesma equivalência às do equipamento originalmente recebido.
- 4.21.11. Caso ocorra qualquer problema na unidade de armazenamento, dos servidores e storage, a substituição da unidade danificada deverá ser feita por profissional qualificado, e na presença de um preposto da Contratante, a unidade danificada permanecerá em posse da Polícia Federal, por medida de segurança e confidencialidade de informações.
- 4.21.12. Por questões de segurança de acesso ao ambiente físico das unidades da Polícia Federal, quando se fizer necessário deslocamento de um técnico da Contratada para realizar a manutenção, deverá ser fornecido previamente pela Contratada os dados de identificação do técnico.
- 4.21.13. Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados, inclusive as atualizações, devem estar disponíveis para download no website do fabricante do equipamento durante todo o período de garantia do equipamento.
- 4.21.14. Os endereços para prestação da garantia on-site, dentro do rol de municípios elencados na Tabela a seguir, serão informados no momento da abertura do chamado.
- 4.21.15. A Contratada deverá atender, sem prejuízo para a Contratante e inclusive através da garantia on-site, futuras instalações da Contratante, mesmo que venham a se estabelecer em municípios não listados na tabela seguinte.

ESTADO	MUNICÍPIOS DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA
DF	Brasília
AC	Rio Branco, Epitaciolândia, Cruzeiro do Sul, Assis Brasil e Plácido de Castro
AL	Maceió, Arapiraca e Rio Largo
AM	Manaus e Tabatinga

AP	Macapá e Oiapoque
BA	Salvador, Barreiras, Ilhéus, Juazeiro, Porto Seguro, Vitória da Conquista e Feira de Santana
CE	Fortaleza e Juazeiro do Norte
ES	Vitória, Vila Velha, Itapemirim e São Mateus
FIG	Foz do Iguaçu
GO	Goiânia, Anápolis e Jataí
MA	São Luis, Caxias e Imperatriz
MG	Belo Horizonte, Confins, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Uberaba, Uberlândia, Varginha, Divinópolis e Ipatinga
MS	Campo Grande, Dourados, Corumbá, Naviraí, Ponta Porã, Três Lagoas
MT	Cuiabá, Várzea Grande, Barra do Garças, Cáceres, Rondonópolis e Sinop
PA	Belém, Marabá, Redenção, Santarém e Altamira
PB	João Pessoa, Santa Rita, Campina Grande e Patos
PE	Recife, Salgueiro e Caruaru
PI	Teresina e Parnaíba
PR	Curitiba, São José dos Pinhais, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranaguá e Ponta Grossa
RJ	Rio de Janeiro, Cabo Frio, Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Macaé, Niterói, Nova Iguaçu e Volta Redonda
RN	Natal e Mossoró
RO	Porto Velho, Guajará-Mirim, Ji-Paraná e Vilhena

RR	Boa Vista, Pacaraima e Bonfim
RS	Porto Alegre, Bagé, Caxias do Sul, Chuí, Jaguarão, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Ângelo, São Borja e Uruguaiana
SC	Florianópolis, Dionísio Cerqueira, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Joinville e Lages
SE	Aracaju
SP	São Paulo, Guarulhos, Santo André, Araçatuba, Araraquara, Bauru, Campinas, Cruzeiro, Jales, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Sebastião e Sorocaba
TO	Palmas e Araguaína

Requisitos de Experiência Profissional

4.22. Assistência técnica e a garantia] deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários.

Requisitos de Formação da Equipe

4.23. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.24. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.

4.25. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.26. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 8 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.27. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.28. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.28.1. A Contratada deverá entregar junto com a formalização contratual, o Termo de Manutenção e Sigilo, conforme modelo disponibilizado pela Contratante. A Contratada deverá manter em caráter confidencial, através de Termo de compromisso de manutenção de sigilo, mesmo após o término do prazo de vigência ou eventual rescisão do contrato, todas as informações a que teve acesso.

4.28.2. A Contratada deverá apresentar documento de Política de Segurança da Informação, na assinatura do Contrato, a Política de Segurança da Informação da Contratada, deve estabelecer diretrizes estratégicas, responsabilidades, competências, normas e procedimentos de uso, visando assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados, informações, sistemas, documentos, correspondências e publicações, que estejam envolvidos na Contratação.

4.28.3. As especificações técnicas dos itens levam em consideração a Política Nacional de Segurança da Informação, aprovado pelo Decreto nº 9.637/2018, e a PORTARIA SGD/MGI Nº 852, DE 28 DE MARÇO DE 2023, que dispõe sobre o Programa de Privacidade e Segurança da Informação – PPSI.

Sustentabilidade

4.29. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.29.1. Em atendimento ao Artigo 5º da Instrução Normativa Nº 01, de 19 de janeiro de 2010, os bens licitados devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, ou certificação equivalente

4.29.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.29.3. Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.29.4. Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.29.5. A empresa vencedora deverá aplicar o disposto nos Artigos de nºs 31 a 33 da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 e nos Artigos de nºs 13 a 18 do Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010, principalmente, no que diz respeito à Logística Reversa. Todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos que necessitam de destinação ambientalmente adequada (incluindo embalagens vazias), deverão ter seu descarte adequado, obedecendo aos procedimentos de logística reversa, em atendimento à Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

4.29.6. Em conformidade com o Guia nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, em sua 6ª edição, a Licitante deverá comprovar que cumpre os critérios de segurança, e compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, exigidos no Termo de Referência. A Contratação deve estar em conformidade com a Portaria Nº 99/2012 – DLOG/DPF, de 17 de setembro de 2021, que constitui a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável da Polícia Federal.

Subcontratação

4.30. É permitida a subcontratação de assistência técnica pela Contratada para prestação da garantia:

4.31. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.32. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.33. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.34. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.35. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.36. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.36.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.36.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.36.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.36.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.36.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.37. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.38. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.39. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.40. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.40.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.41. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.41.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

4.41.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

4.42. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.43. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.44. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.45. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.45.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.45.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.46. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.46.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.46.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.47. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.48. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.49. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

4.50. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.51. Na presente licitação, não será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, as justificativas estão no Estudo Técnico preliminar, anexo do Termo de Referência.

Margem de Preferência

4.52. O objeto da contratação não se enquadra na margem de preferência.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.4. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e

5.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 deste artigo, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

5.4. Regras para a substituição de itens da Ata de Registro de Preços, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

5.4.1. Será aceita no caso de situação da retirada de um produto do mercado pelo fabricante, inviabilizando o cumprimento da obrigação de um fornecedor, nos termos ajustados. Pode a Administração Pública aceitar produto de qualidade equivalente ou superior pelo mesmo preço.

5.4.2. A Contratada deverá comprovar a equivalência operacional do modelo eleito com aquele informado pela contratada ainda na fase de licitação e de equivalência de preço.

- 5.4.3. Serão aceitos produtos de qualidade superior às especificações mínimas exigidas em edital, desde que os atributos de desempenho atendam às especificações definidas pela Administração e que não haja majoração do preço originalmente ofertado, quando do julgamento e aceitação da proposta.
- 5.4.4. A comprovação da descontinuidade de um produto, deverá ser comprovada através de carta do fabricante do item registrado na ATA.
- 5.4.5. A definição de regras para a substituição de itens da Ata de Registro de Preços é necessária devido as constantes atualizações tecnológicas do mercado de TIC, que podem ocorrer durante a vigência da ATA de Registro de Preços.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

- 6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.
- 6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.
- 6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

Forma de execução e acompanhamento do contrato

Condições de Entrega

- 6.4. O prazo de entrega dos bens é de 90 dias, contados do recebimento da OFB.
- 6.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.6. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

ÓRGÃOS	Endereços de entrega - Polícia Federal	Para demais participantes da ATA o Local de Entrega deverá ser nos seguintes Municípios
DIRETORIAS (ÓRGÃOS CENTRAIS)	SAIS Quadra 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul Brasília-DF / CEP 70610-902 - Prédio da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação	Brasília
SR/PF/AC	Rod. BR 364, nº 3501. Bairro Portal da Amazônia. CEP 69915-630 - Rio Branco - Acre	Rio Branco

SR/PF/AL	Av. Walter Ananias, 705, Bairro Jaraguá, Maceió - AL, CEP: 57.025-065	Maceió
SR/PF/AM	Av. Domingos Jorge Velho nº 40, Bairro D. Pedro II - Planalto - Manaus / CEP 69.042-470	Manaus
SR/PF/AP	Entroncamento da Rodovia BR 210 com Rodovia Norte/Sul - Bairro Infraero – Macapá / CEP 68908-910	Macapá
SR/PF/BA	Av. Engenheiro Oscar Pontes, 339 - Água de Meninos, Salvador - BA, CEP: 40460-001	Salvador
SR/PF/CE	Av. Borges de Melo, nº 820 - Bairro de Fátima, Fortaleza - Ceará - CEP: 60415-510	Fortaleza
SR/PF/DF	SAIS Quadra 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul Brasília-DF / CEP 70610-902	Brasília
SR/PF/ES	Rua Vale do Rio Doce, 01 São Torquato, Vila Velha/ES / CEP 29114-105	Vitória
SR/PF/FIG	Av. Paraná, 3471 - Polo Centro, Foz do Iguaçu - PR / CEP 85863-720	Foz do Iguaçu
SR/PF/GO	Av. Edmundo Pinheiro de Abreu, nº 826 - Setor Bela Vista - Goiânia / CEP 74.823-030	Goiás
SR/PF/MA	Av. Daniel de La Touche, nº 4000, Bairro Cohama, São Luís/MA / CEP 65074- 115	São Luis
SR/PF/MG	Rua Nascimento Gurgel, nº 30 - Bairro Gutierrez / Belo Horizonte / CEP 30441-170	Belo Horizonte
SR/PF/MS	R. Fernando Luiz Fernandes, 322 - Vila Sobrinho - Campo Grande / CEP 79110-503	Campo Grande
SR/PF/MT	Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1.205, Bairro Araés, Cuiabá/MT	Cuiabá
SR/PF/PA	Av. Almirante Barroso, 3251 - Belém / CEP 66.613-710	Belém

SR/PF/PB	Rua Aviador Mário Vieira de Melo, Rodovia BR 230 km 16,5, João Agripino, João Pessoa /PB	João Pessoa
SR/PF/PE	Av. Antônio de Góes, 60 - 15o andar - Pina, Recife/PE (Edf. JCPM) CEP: 51010-000	Recife
SR/PF/PI	Av. João XXIII, 4500, bairro Recanto das Palmeiras, Teresina/PI - CEP 64.045-795	Teresina
SR/PF/PR	Rua Professora Sandália Monzón, 210 – Santa Cândida Curitiba – Paraná Cep - 82640-040	Curitiba
SR/PF/RJ	Av. Rodrigues Alves, 1 - Saúde - Rio de Janeiro/RJ / CEP 20.081-250	Rio de Janeiro
SR/PF/RN	Rua Dr. Lauro Pinto, 155 - Lagoa Nova - CEP. 59064-250 - NATAL/RN	Natal
SR/PF/RO	Av. Lauro Sodré, 2905 - Bairro Costa e Silva - Porto Velho / CEP 76802-449	Porto Velho
SR/PF/RR	Avenida Brasil, nº 551, bairro 13 de setembro, Boa Vista - Roraima / CEP 69308-050	Boa Vista
SR/PF/RS	Avenida Ipiranga, 1365 – Bairro Azenha, Porto Alegre – Rio Grande do Sul / CEP - 90160-093	Porto Alegre
SR/PF/SC	Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4744, Agronômica, Florianópolis/SC - CEP 88.025-255	Florianópolis
SR/PF/SE	Avenida Augusto Franco 2260, Bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE, CEP 49075-100	Aracaju
SR/PF/SP	Rua Hugo D'Antola, 95 - Lapa de Baixo - São Paulo/SP - CEP 05038-090	São Paulo
SR/PF/TO	Quadra 103 Sul (ACSO1), Av. LO 01, Lote 53, Centro, Palmas/TO / CEP 77.015-028.	Palmas

Formas de transferência de conhecimento

6.7. A transferência do conhecimento deverá ser realizada observando-se o que segue:

6.7.1. A transferência de conhecimento será realizada quando da entrega e instalação dos equipamentos.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.9. Cada OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

6.10. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I) Ordem de Fornecimento de Bens;
- II) Ata de Reunião;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados;
- V) E-mails e Cartas.

Formas de Pagamento

6.11. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.12. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.13. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS III e IV.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.7.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.15. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.18. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.18.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento de bens, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.18.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.18.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.18.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.18.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.18.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.19. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

Critérios de Aceitação

7.20. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.21. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.22. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.23. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.24. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.25. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.26. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.27. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.28. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.29. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.30. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

- 7.30.1. Termo de Aceite provisório;
- 7.30.2. Termo de aceite definitivo; e
- 7.30.3. Relatório de Fiscal Técnico.

Níveis Mínimos Exigidos

7.31. Os níveis mínimos são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.	
Meta a cumprir	IAE < = 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	OFB, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB.	
Periodicidade	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	

Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAE = TEX – TEST</p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OFB.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da OFB;</p> <p>De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso.</p> <p>Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso.</p>

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção

1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do contrato, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 72(setenta e duas) horas úteis.	Multa de 0,5 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 10 dias úteis.
		Após o limite de 10 dias úteis, aplicar-se-á multa de 10 % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)	Glosa de 1 % sobre o valor da OFB para valores do indicador IAE de 0,11 a 0,20.
		Glosa de 2,5 % sobre o valor da OFB para valores do indicador IAE de 0,21 a 0,30.
		Glosa de 5 % sobre o valor da OFB para valores do indicador IAE de 0,31 a 0,50.
		Glosa de 10 % sobre o valor da OFB para valores do indicador IAE de 0,51 a 1,00.
3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Multa de 10 % sobre o valor do Contrato e Glosa de 15 % sobre o valor da OFB, para valores do indicador IAE maiores que 1,00.
		Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 1 % do valor total do Contrato.

8.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

8.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.4.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.4.4. Multa:

8.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias

8.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

8.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30(trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.9. Para os itens de storage e servidor de rede as atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

9.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.12.1. o prazo de validade;

9.12.2. a data da emissão;

9.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.12.5. o valor a pagar; e

9.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

9.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem

como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICT de correção monetária.

Forma de pagamento

9.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.25.1. As notas fiscais emitidas deverão ser de aquisição de bens, não serão aceitas notas fiscais de serviço.

9.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

9.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

9.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/04/2026.

9.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

10.2.1. As quantidades mínimas para a contratação, são as constantes nas tabelas do item 1.2 deste Termo de Referência, a contratação será realizada de forma parcelada e de acordo com disponibilidade orçamentaria.

10.2.2. A Licitação será na modalidade de registro de preços, em conformidade com o DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, Incisos I e II do Art. 3º.

10.2.2.1. Nos termos da PORTARIA Nº 405, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2020, será permitida adesão tardia a ATA de registro de preços, exclusivamente aos órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

10.2.3. Com base no Parecer nº 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, e conforme Despacho nº 00514 /2024/DIAQ/SCGP/CGU/AGU, está prevista a renovação da ATA de Registro de Preços, e a renovação do quantitativo da ATA, nas seguintes condições:

10.2.3.1. Deverá ser comprovado preço vantajoso, mediante ampla pesquisa de preços, a pesquisa de preços deverá estar em conformidade com INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021;

10.2.3.2. Deverá haver previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;

10.2.3.3. O tema foi tratado no planejamento da contratação, e consta no ETP;

10.2.3.4. A prorrogação da ata de registro de preços deverá estar dentro do prazo de sua vigência.

10.2.4. A possibilidade de renovação da ATA com renovação de quantidades, justifica-se pela necessidade de possíveis ampliações de unidades da PF, e situações emergências relacionadas com o clima.

Critérios de aceitabilidade de preços

10.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

10.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

10.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da parcela pertinente.

10.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

10.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

10.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.31.1.1. Para equipamentos do Tipo servidor de rede e storage, serão aceitos atestado de fornecimento de servidores de rede, storage e switches;

10.31.1.2. Para equipamentos do Tipo nobreak e rack, serão aceitos atestado de fornecimento de nobreak, rack, servidor de rede, switch e storage.

10.31.1.3. Os atestados devem comprovar um volume de fornecimento correspondente a 40% da quantidade do item licitado.

10.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

10.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

10.32. O atendimento aos requisitos de exigência de atestados, segue o previsto na lei 14.133/2021, Art. 67, Inciso VI, § 1º e § 2º.

Disposições gerais sobre habilitação

10.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.38. Da apresentação da Proposta

10.38.1. A Licitante deverá apresentar a proposta, conforme modelo do Anexo II deste Termo de Referência, em conformidade com o descrito neste Termo de Referência, e com a documentação exigida.

10.38.2. Declaração de que nos valores ofertados já estão inclusas todas e quaisquer despesas incidentes no fornecimento do objeto, tais como de frete, impostos, taxas, transporte, seguro com transporte e assistência técnica, e garantia.

10.38.3. Declaração de atendimento da garantia, e prestação de assistência técnica dentro dos prazos e das condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.38.4. Declaração de que tem o pleno conhecimento das condições necessárias para fornecimento do objeto.

10.38.5. Declaração de que tomou conhecimento da Portaria nº 513/2020, do MJSP: A Licitante deverá apresentar junto com a proposta, declaração de que tomou conhecimento da Portaria nº 513/2020, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre a implantação de Programa de Integridade em empresas contratadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como das providências adotadas para estar em conformidade com a referida Portaria. A exigência está em conformidade com os artigos 3º e 4º da Portaria nº 513/2020, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

10.38.6. Comprovação de que todos os equipamentos e acessórios fornecidos são novos, de primeiro uso, e em fase de comercialização normal, a comprovação deverá ser através de documentação do fabricante.

10.38.7. Comprovação de que o produto possui segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética: A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá enviar juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação, certificação do produto ofertado, caso o fabricante tenha aderido à certificação voluntária previstas na Portaria INMETRO nº 170, de 2012, ou na Portaria INMETRO Nº 304 DE 06/11/2023, ou comprovação, por qualquer meio válido, ou certificação internacional, ou laudo pericial, de que o produto possui segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente àquela necessária para a certificação na forma da Portaria INMETRO nº 170, de 2012, ou na Portaria INMETRO Nº 304 DE 06/11/2023, conforme exigido no Termo de Referência. A exigência segue as recomendações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (6ª edição, setembro/2023), página 276.

10.38.8. Comprovação de que os bens de informática não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS: A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar ou enviar juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, comprovação de que os bens de informática não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs). A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova, em especial laudo pericial, que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital. A exigência segue as recomendações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (6ª edição, setembro/2023), página 276.

10.38.9. Comprovação de que possui plano de logística Reversa: A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, deverá enviar juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o seu plano de logística reversa, aderente ao disposto na Lei nº 12.305.

10.38.10. A Proposta deverá descrever o Item para o qual foi feita a proposta, a quantidade, o modelo ofertado, o fabricante, o preço unitário, e o preço total do item.

10.38.11. A proposta deve ser acompanhada de documentação técnica detalhada, desenhos, e demais informações que comprovem o atendimento das especificações técnicas do ANEXO I deste Termo de Referência.

10.38.12. Para os itens de servidor a proposta deverá ser acompanhada dos cálculos de composição do espaço de armazenamento solicitado.

10.38.13. Em atendimento ao Acórdão 1.432/2024 TCU- Plenário, observando os tópicos 52 a 66 do referido Acórdão, as propostas deverão ser detalhadas conforme o modelo das tabelas a seguir.

Item	Objeto	Descrição do Produto do fabricante		QTDE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) equipamento	Valor total da proposta para o Item
1	Servidor Tipo I	Chassis:	Fabricante:					
			Modelo:					
			Descrição:					
			Part number:					
		Processador	Modelo:					
		Memória	Modelo:					
		Controladora de disco	Modelo:					
		Dispositivos de armazenamento estáticos	Modelo:					
			Capacidade:					
		Dispositivos de armazenamento Rotativo	Modelo:					
			Capacidade:					
		Garantia e assistência técnica	Descrição:					

		Instalação	Descrição:					
		Licenças de uso	Descrição:					

Item	Objeto	Descrição do Produto do fabricante		QTDE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) equipamento	Valor total da proposta para o Item
2 a 4	Servidor Tipo II a Tipo IV	Chassis:	Fabricante:					
			Modelo:					
			Descrição:					
			Part number:					
		Chassis de expansão (quando necessário):	Modelo:					
			Descrição:					
			Part number:					
		Processador	Modelo:					
		Memória	Modelo:					
		Controladora de disco	Modelo:					
		Dispositivos de armazenamento estáticos	Modelo:					
			Capacidade:					
			Modelo:					

		Dispositivos de armazenamento Rotativo	Capacidade:					
		Garantia e assistência técnica	Descrição:					
		Instalação	Descrição:					
		Licenças de uso	Descrição:					

Item	Objeto	Descrição do Produto do fabricante		QTDE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) equipamento	Valor total da proposta para o Item
5	Servidor Tipo V	Chassis:	Fabricante:					
			Modelo:					
			Descrição:					
			Part number:					
		Processador	Modelo:					
		Memória	Modelo:					
		Dispositivos de armazenamento estáticos	Modelo:					
			Capacidade:					
		GPU	Modelo:					
			Descrição:					

		Garantia e assistência técnica					
		Instalação	Descrição:				
		Licenças de uso	Descrição:				

Item	Objeto	Descrição do Produto do fabricante		QTDE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) equipamento	Valor total da proposta para o Item
6 a 9	Storage Tipo I a Tipo IV	Módulo	Fabricante:					
			Modelo:					
			Descrição:					
			Part number:					
			Tipo de Midia de armazenamento:					
			Capacidade de armazenamento:					
		Módulo	Modelo:					
			Descrição:					
			Part number:					
				Tipo de Midia de armazenamento:				

			Capacidade de armazenamento:					
		Garantia e assistência técnica	Descrição:					
		Instalação	Descrição:					
		Licenças de uso	Descrição:					

Item	Objeto	Descrição do Produto do fabricante		QTDE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) equipamento	Valor total da proposta para o Item
10	Nobreak	Módulo principal	Fabricante:					
			Modelo:					
			Descrição:					
			Part number:					
		Módulo bateria externa (se aplicável)	Modelo:					
			Capacidade:					
		Garantia e assistência técnica	Descrição:					

--	--	--	--	--	--	--	--	--

Item	Objeto	Descrição do Produto do fabricante		QTDE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) equipamento	Valor total da proposta para o Item
11	Rack	Rack	Fabricante:					
			Modelo:					
			Descrição:					
			Part number:					
		Modulo de ventilação	Modelo:					
		Modulo de energia (DPU)	Modelo:					
		Garantia e assistência técnica	Descrição:					

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 296.643.135,48 (Duzentos e noventa e seis milhões e seiscentos e quarenta e três mil, e cento e trinta e cinco reais, e quarenta e oito centavos) , conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

11.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Integrante Requisitante Luiz Claudio Barauna Costa Moura Perito Criminal Federal Matrícula 17.052	Integrante Técnico Francisco Carlos Coelho Agente de Telecom e Eletricidade Matrícula 12213	Integrante Administrativo Iasmim Gabriela Silva Souza Agente de Polícia Federal Matrícula 24.157
--	---	--

Autoridade Máxima da Área de TIC
 Ademir Dias Cardoso Junior DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL CLASSE ESPECIAL

Autoridade Competente
 Ademir Dias Cardoso Junior DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL CLASSE ESPECIAL

ANEXOS

- ANEXO I – Especificação Técnica
- ANEXO II – Modelo de Proposta
- ANEXO III: Termo de Ciência
- ANEXO IV: Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo

14. Anexo I - Especificação Técnica

ANEXO I – Especificação Técnica

- 1. SERVIDOR DE REDE TIPO I**
 - 1.1. Gabinete TORRE**
 - 1.1.1. Botão liga/desliga na parte frontal do equipamento;

1.1.2. Display ou LEDs embutido no painel frontal do gabinete para exibição de status de funcionamento e alertas de funcionamento;

1.1.3. Sistema de ventilação redundante para que a CPU suporte a configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para o perfeito funcionamento do equipamento;

1.1.4. Com 1 porta USB 2.0, e 1 porta USB 3.0;

1.1.5. Saída de vídeo, com resolução gráfica de 1280 x 1024 pixels ou superior;

1.1.6. Com Porta de Gerenciamento.

1.2. Interface de rede:

1.2.1. Com 2 portas de Interface de Rede 10/25Gbps GbE SFP28, com suporte ao protocolo de virtualização VMQ, com tecnologia de processamento TCP/IP offload LSO e RSS, acompanhadas de 2 transceivers 10 /25G Base-SR, ou 4 transceivers sendo 2 de 10G Base-SR e 2 de 25G Base-SR, e com 2 cabos de fibra ótica padrão LC de 5 metros.

1.2.2. Com 02 interfaces de rede 1/10Gbps no padrão 10GBase-T (conector RJ45), com suporte ao protocolo de virtualização VMQ, com tecnologia de processamento TCP/IP offload LSO e RSS.

1.3. Fonte de Alimentação

1.3.1. Com no mínimo de 2 (duas) fontes, suportando o funcionamento do equipamento na configuração ofertada mesmo em caso de falha de uma das fontes, acompanhadas de cabos de alimentação, no padrão NBR 14136;

1.3.2. Deverão ser redundantes e hot-pluggable permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento;

1.3.3. Com certificação 80Plus, no mínimo na categoria PLATINUM;

1.3.4. LED indicador de status que permita monitor e diagnosticar as condições de funcionamento;

1.3.5. Tensão de entrada entre 100-127V ou 200-240V a 60Hz, com ajuste automático de tensão.

1.4. Placa Mãe

1.4.1. Com chipset da mesma marca do fabricante do processador;

1.4.2. Com, no mínimo, 1 slot PCI Express 4.0 ou superior, o slot deve estar disponível sem estar ocupado por nenhum componente ou placa;

1.4.3. Deverá ser da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado;

1.4.4. Com no mínimo 16 slots de memória, com suporte a DDR5 RDIMM (Registered DIMM) ou LRDIMM (Load Reduced DIMM), com tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code), e velocidade de 4000MT/s ou superior. Deve suportar expansão de memória RAM, para até, no mínimo 512GB.

1.5. Processador

1.5.1. Com 2 processadores escaláveis, cada processador com 12 núcleos, 24 threads, memória cache de 30 MB - L3, e frequência mínima em modo turbo de 4.1GHz;

- 1.5.2. Deve estar classificado no site do fabricante para o seguimento de servidores;
- 1.5.3. Controladora de memória com suporte a DDR5, ECC, de no mínimo 4400 MT/s, oferecendo no mínimo 8 canais de memória;
- 1.5.4. Com suporte a tecnologia de virtualização;
- 1.5.5. Compatível com o padrão ACPI v4;
- 1.5.6. Deverá ter índice SPEC CPU2017 Integer Rate Results (Baseline) auditado de no mínimo 239.

1.6. **Memória**

- 1.6.1. Deverá ser fornecido com 256GB de memórias DDR5 RDIMM (Registered DIMM) ou LRDIMM (Load Reduced DIMM), com tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code), e velocidade de 4000MT/s, ou superior.

1.7. **Armazenamento para o Sistema Operacional**

- 1.7.1. Controladora com dispositivo de armazenamento de dados, para instalação e inicialização do sistema operacional;
- 1.7.2. Com no mínimo dois dispositivos SSD, com 480GB em RAID 1, por Hardware ou INTEL VROC;
- 1.7.3. Canal padrão SATA 3 (Serial ATA), ou Serial Attached SCSI (SAS), ou NVMe;
- 1.7.4. Taxa de transferência mínima de 6 Gb/s (seis Gigabits por segundo);
- 1.7.5. Otimizados para uso em servidores de rede, de no mínimo 0,5 DWPD (Disk full Writes Per Day) para 5 anos;
- 1.7.6. Formato M.2 ou 2.5".

1.8. **Controladora de Armazenamento de Dados:**

- 1.8.1. Com memória cache de no mínimo 8GB;
- 1.8.2. Suporte a RAID 0, 1, 5, 6, 10;
- 1.8.3. Deverá suportar expansão de capacidade e formatação on-line;
- 1.8.4. Deverá permitir a detecção e recuperação automática de falhas e reconstrução, também de forma automática, dos volumes de RAID sem impacto para as aplicações e sem necessidade de reiniciar o equipamento;
- 1.8.5. Deverá permitir a operação em modo RAID e pass-through em discos distintos. Ou fornecer controladora RAID e controladora pass-through;
- 1.8.6. Recursos de hot swap para as unidades de disco rígido;
- 1.8.7. Deverá suportar implementação de disco Global Hot-spare;
- 1.8.8. Deverá suportar Self-Monitoring Analysis and Reporting Technology (SMART).

1.9. **Armazenamento de dados:**

- 1.9.1. Com capacidade de armazenamento líquido, de no mínimo, 120 TB, em uma das seguintes opções:

1.9.2. Para armazenamento de dados em dispositivo estático deverão ser atendidas as seguintes especificações:

1.9.2.1. A Capacidade líquida poderá ser entregue em RAID-1 ou RAID-5, implementada por hardware;

1.9.2.2. Com dispositivo NVMe de Geração 4, ou SAS SSD;

1.9.2.3. Com DWPD 1, medido pelo período de 5 ano;

1.9.3. Para Armazenamento de Dados em dispositivo HDD deverão ser atendidas as seguintes especificações:

1.9.3.1. A Capacidade líquida deverá ser configurada em RAID-6 por hardware;

1.9.3.2. Considerar que cada RAID group deverá conter no máximo 10 discos de dados e 2 discos de paridade (10+2);

1.9.3.3. Os discos deverão ser do tipo hot-plug e hot-swap, permitindo a substituição sem necessidade de desligar o equipamento;

1.9.3.4. Serão aceitos discos magnéticos (HDDs), padrão SAS ou NL-SAS, com capacidade máxima de 24TB e 7200 RPMs.

2. SERVIDOR DE REDE TIPO II

2.1. Gabinete para RACK

2.1.1. Botão liga/desliga na parte frontal do equipamento;

2.1.2. Display ou LEDs embutido no painel frontal do gabinete para exibição de status de funcionamento e alertas de funcionamento;

2.1.3. Sistema de ventilação redundante e hot-pluggable para que a CPU suporte a configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para o perfeito funcionamento do equipamento;

2.1.4. Com 1 porta USB 2.0, e 1 porta USB 3.0;

2.1.5. Saída de vídeo, com resolução gráfica de 1280 x 1024 pixels ou superior;

2.1.6. Com Porta de Gerenciamento;

2.1.7. Com acessórios para montagem através de sistema de trilhos deslizantes, e gerenciamento de cabos.

2.2. Interface de rede:

2.2.1. Com 2 portas de Interface de Rede 10/25Gbps GbE SFP28, com suporte ao protocolo de virtualização VMQ, com tecnologia de processamento TCP/IP offload LSO e RSS, acompanhadas de 2 transceivers 10 /25G Base-SR, ou 4 transceivers sendo 2 de 10G Base-SR e 2 de 25G Base-SR, e com 2 cabos de fibra ótica padrão LC de 5 metros.

2.2.2. Com 02 interfaces de rede 1/10Gbps no padrão 10GBase-T (conector RJ45), com suporte ao protocolo de virtualização VMQ, com tecnologia de processamento TCP/IP offload LSO e RSS.

2.3. Fonte de Alimentação

2.3.1. Com no mínimo de 2 (duas) fontes, suportando o funcionamento do equipamento na configuração ofertada mesmo em caso de falha de uma das fontes, acompanhadas de cabos de alimentação, no padrão NBR 14136.

2.3.2. Deverão ser redundantes e hot-pluggable permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento;

2.3.3. Com certificação 80Plus, no mínimo na categoria PLATINUM;

2.3.4. LED indicador de status que permita monitor e diagnosticar as condições de funcionamento;

2.3.5. Tensão de entrada entre 100-127V ou 200-240V a 60Hz, com ajuste automático de tensão.

2.4. Placa Mãe

2.4.1. Com chipset da mesma marca do fabricante do processador;

2.4.2. Com, no mínimo, 1 slot PCI Express 4.0 ou superior, o slot deve estar disponível sem estar ocupado por nenhum componente ou placa;

2.4.3. Deverá ser da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado;

2.4.4. Com no mínimo 16 slots de memória, com suporte a DDR5 RDIMM (Registered DIMM) ou LRDIMM (Load Reduced DIMM), com tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code), e velocidade de 4000MT/s ou superior. Deve suportar expansão de memória RAM, para até, no mínimo 512GB.

2.5. Processador

2.5.1. Com 2 processadores escaláveis, cada processador com 12 núcleos, 24 threads, memória cache de 30 MB - L3, e frequência mínima em modo turbo de 4.1GHz;

2.5.2. Deve estar classificado no site do fabricante para o seguimento de servidores;

2.5.3. Controladora de memória com suporte a DDR5, ECC, de no mínimo 4400 MT/s, oferecendo no mínimo 8 canais de memória;

2.5.4. Com suporte a tecnologia de virtualização;

2.5.5. Compatível com o padrão ACPI v4;

2.5.6. Deverá ter índice SPEC CPU2017 Integer Rate Results (Baseline) auditado de no mínimo 230.

2.6. Memória

2.6.1. Deverá ser fornecido com 256GB de memórias DDR5 RDIMM (Registered DIMM) ou LRDIMM (Load Reduced DIMM), com tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code), e velocidade de 4000MT/s, ou superior.

2.7. Armazenamento para o Sistema Operacional

2.7.1. Controladora com dispositivo de armazenamento de dados, para instalação e inicialização do sistema operacional;

2.7.2. Com no mínimo dois dispositivos SSD, com 480GB em RAID 1, por Hardware;

2.7.3. Canal padrão SATA 3 (Serial ATA), ou Serial Attached SCSI (SAS), ou NVMe;

2.7.4. Taxa de transferência mínima de 6 Gb/s (seis Gigabits por segundo);

2.7.5. Otimizados para uso em servidores de rede, de no mínimo 0,5 DWPD (Disk full Writes Per Day) para 5 anos;

2.7.6. Formato M.2 ou 2.5".

2.8. Controladora de Armazenamento de Dados:

2.8.1. Com memória cache de no mínimo 8GB;

2.8.2. Suporte a RAID 0, 1, 5, 6, 10;

2.8.3. Deverá suportar expansão de capacidade e formatação on-line;

2.8.4. Deverá permitir a detecção e recuperação automática de falhas e reconstrução, também de forma automática, dos volumes de RAID sem impacto para as aplicações e sem necessidade de reiniciar o equipamento;

2.8.5. Deverá permitir a operação em modo RAID e pass-through em discos distintos. Ou fornecer controladora RAID e controladora pass-through;

2.8.6. Recursos de hot swap para as unidades de disco rígido;

2.8.7. Deverá suportar implementação de disco Global Hot-spare;

2.8.8. Deverá suportar Self-Monitoring Analysis and Reporting Technology (SMART).

2.9. Armazenamento de dados:

2.9.1. Com capacidade de armazenamento líquido, de no mínimo, 170 TB, em uma das seguintes opções:

2.9.2. Para armazenamento de dados em dispositivo estático deverão ser atendidas as seguintes especificações:

2.9.2.1. A Capacidade líquida poderá ser entregue em RAID-1 ou RAID-5, implementada por hardware;

2.9.2.2. Com dispositivo NVMe de Geração 4, ou SAS SSD;

2.9.2.3. Com DWPD 1 ou superior, medido pelo período de 5 anos.

2.9.3. Para Armazenamento de Dados em dispositivo HDD deverão ser atendidas as seguintes especificações:

2.9.3.1. A Capacidade líquida deverá ser configurada em RAID-6 por hardware;

2.9.3.2. Considerar que cada RAID group deverá conter no máximo 10 discos de dados e 2 discos de paridade (10+2);

2.9.3.3. Os discos deverão ser do tipo hot-plug e hot-swap, permitindo a substituição sem necessidade de desligar o equipamento;

2.9.3.4. Serão aceitos discos magnéticos (HDDs), padrão SAS ou NL-SAS, com capacidade máxima de 24TB e 7200 RPMs.

3. SERVIDOR DE REDE TIPO III

3.1. Gabinete para RACK

- 3.1.1. Botão liga/desliga na parte frontal do equipamento;
- 3.1.2. Sistema de ventilação redundante e hot-pluggable para que a CPU suporte a configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para o perfeito funcionamento do equipamento;
- 3.1.3. Com 1 porta USB 2.0, e 1 porta USB 3.0;
- 3.1.4. Saída de vídeo, com resolução gráfica de 1280 x 1024 pixels ou superior;
- 3.1.5. Com Porta de Gerenciamento;
- 3.1.6. Com acessórios para montagem através de sistema de trilhos deslizantes, e gerenciamento de cabos;
- 3.1.7. Poderão ser ofertados expansões de discos através de gavetas, para atender aos requisitos de volumetria do armazenamento de dados, o espaço físico máximo permitido na composição Servidor + Módulos De Expansão não poderá ultrapassar 10U, e 19 polegadas de largura.

3.2. Interface de rede:

- 3.2.1. Com 2 portas de Interface de Rede 10/25Gbps GbE SFP28, com suporte ao protocolo de virtualização VMQ, com tecnologia de processamento TCP/IP offload LSO e RSS, acompanhadas de 2 transceivers 10 /25G Base-SR, ou 4 transceivers sendo 2 de 10G Base-SR e 2 de 25G Base-SR, e com 2 cabos de fibra ótica padrão LC de 5 metros.
- 3.2.2. Com 02 interfaces de rede 1/10Gbps no padrão 10GBase-T (conector RJ45), com suporte ao protocolo de virtualização VMQ, com tecnologia de processamento TCP/IP offload LSO e RSS.

3.3. Fonte de Alimentação

- 3.3.1. Com no mínimo de 2 (duas) fontes, suportando o funcionamento do equipamento na configuração ofertada mesmo em caso de falha de uma das fontes, acompanhadas de cabos de alimentação, no padrão NBR 14136.
- 3.3.2. Deverão ser redundantes e hot-pluggable permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento;
- 3.3.3. Com certificação 80Plus, no mínimo na categoria PLATINUM;
- 3.3.4. LED indicador de status que permita monitor e diagnosticar as condições de funcionamento;
- 3.3.5. Tensão de entrada entre 100-127V ou 200-240V a 60Hz, com ajuste automático de tensão.

3.4. Placa Mãe

- 3.4.1. Com chipset da mesma marca do fabricante do processador;
- 3.4.2. Com slot PCI Express 4.0 ou superior;
- 3.4.3. Deverá ser da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado;
- 3.4.4. Com no mínimo 16 slots de memória, com suporte a DDR5 RDIMM (Registered DIMM) ou LRDIMM (Load Reduced DIMM), com tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code), e velocidade de 4000MT/s ou superior. Deve suportar expansão de memória RAM, para até, no mínimo 512GB.

3.5. **Processador**

- 3.5.1. Com 2 processadores escaláveis, cada processador com 16 núcleos, 32 threads, memória cache de 30 MB - L3, e frequência mínima em modo turbo de 3.40GHz;
- 3.5.2. Deve estar classificado no site do fabricante para o seguimento de servidores;
- 3.5.3. Controladora de memória com suporte a DDR5, ECC, de no mínimo 4400 MT/s, oferecendo no mínimo 8 canais de memória;
- 3.5.4. Com suporte a tecnologia de virtualização;
- 3.5.5. Compatível com o padrão ACPI v4;
- 3.5.6. Deverá ter índice SPEC CPU2017 Integer Rate Results (Baseline) auditado de no mínimo 265.

3.6. **Memória**

- 3.6.1. Deverá ser fornecido com 512GB de memórias DDR5 RDIMM (Registered DIMM) ou LRDIMM (Load Reduced DIMM), com tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code), e velocidade de 4000MT/s, ou superior.

3.7. **Armazenamento para o Sistema Operacional**

- 3.7.1. Controladora com dispositivo de armazenamento de dados, para instalação e inicialização do sistema operacional;
- 3.7.2. Com no mínimo dois dispositivos SSD, com 480GB em RAID 1, por Hardware;
- 3.7.3. Canal padrão SATA 3 (Serial ATA), ou Serial Attached SCSI (SAS), ou NVMe;
- 3.7.4. Taxa de transferência mínima de 6 Gb/s (seis Gigabits por segundo);
- 3.7.5. Otimizados para uso em servidores de rede, de no mínimo 0,5 DDPD (Disk full Writes Per Day) para 5 anos.
- 3.7.6. Formato M.2 ou 2.5".

3.8. **Controladora de Armazenamento de Dados:**

- 3.8.1. Com memória cache de no mínimo 8GB;
- 3.8.2. Suporte a RAID 0, 1, 5, 6, 10;
- 3.8.3. Deverá suportar expansão de capacidade e formatação on-line;
- 3.8.4. Deverá permitir a detecção e recuperação automática de falhas e reconstrução, também de forma automática, dos volumes de RAID sem impacto para as aplicações e sem necessidade de reiniciar o equipamento;
- 3.8.5. Deverá permitir a operação em modo RAID e pass-through em discos distintos. Ou fornecer controladora RAID e controladora pass-through;
- 3.8.6. Recursos de hot swap para as unidades de disco rígido;
- 3.8.7. Deverá suportar implementação de disco Global Hot-spare;
- 3.8.8. Deverá suportar Self-Monitoring Analysis and Reporting Technology (SMART);

3.8.9. No caso da necessidade de Controladora Raid adicional para atender aos requisitos de volumetria do armazenamento de dados, a Controladora deverá possuir as seguintes características mínimas: Memória cache de 4GB, PCIe 3.0 x8 host interface, suportar gavetas de expansão, suportar discos rígido padrão SAS 12Gb/s e SATA 6Gb/s, possuir no mínimo 2 conectores externos padrão Mini-SAS, e suportar RAID 0, 1, 5, 6, 10.

3.9. Armazenamento de dados:

3.9.1. Com capacidade de armazenamento líquido, de no mínimo, 384 TB, em uma das seguintes opções:

3.9.2. Para armazenamento de dados em dispositivo estático deverão ser atendidas as seguintes especificações:

3.9.2.1. A Capacidade líquida poderá ser entregue em RAID-1 ou RAID-5, implementada por hardware;

3.9.2.2. Com dispositivo NVMe de Geração 4, ou SAS SSD;

3.9.2.3. Com DWPD 1 ou superior, medido pelo período de 5 anos;

3.9.3. Para Armazenamento de Dados em dispositivo HDD deverão ser atendidas as seguintes especificações:

3.9.3.1. A Capacidade líquida deverá ser configurada em RAID-6 por hardware;

3.9.3.2. Considerar que cada RAID group deverá conter no máximo 16 discos de dados e 2 discos de paridade (16+2);

3.9.3.3. Os discos deverão ser do tipo hot-plug e hot-swap, permitindo a substituição sem necessidade de desligar o equipamento;

3.9.3.4. Serão aceitos discos magnéticos (HDDs), padrão SAS ou NL-SAS, com capacidade máxima de 24TB e 7200 RPMs.

3.9.4. Caso o servidor não disponha de baias internas suficientes para instalação dos dispositivos de armazenamento, esses dispositivos deverão ser instalados em gaveta(s) JBOD (Just a Bunch of Disk) externas. Deverá ser fornecido controladora RAID adicional, com as características do item 3.8, para controle exclusivo dos dispositivos contidos nestas gavetas, além de todos os cabos de conexão e demais acessórios necessários para seu perfeito funcionamento e instalação em rack padrão 19”.

4. SERVIDOR DE REDE TIPO IV

4.1. Gabinete para RACK

4.1.1. Botão liga/desliga na parte frontal do equipamento;

4.1.2. Display ou LEDs embutido no painel frontal do gabinete para exibição de status de funcionamento e alertas de funcionamento;

4.1.3. Sistema de ventilação redundante e hot-pluggable para que a CPU suporte a configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para o perfeito funcionamento do equipamento;

4.1.4. Com 1 porta USB 2.0, e 1 porta USB 3.0;

4.1.5. Saída de vídeo, com resolução gráfica de 1280 x 1024 pixels ou superior;

4.1.6. Com Porta de Gerenciamento;

4.1.7. Com acessórios para montagem através de sistema de trilhos deslizantes, e gerenciamento de cabos.

4.2. Interface de rede:

4.2.1. Com 2 portas de Interface de Rede 10/25Gbps GbE SFP28, com suporte ao protocolo de virtualização VMQ, com tecnologia de processamento TCP/IP offload LSO e RSS, acompanhadas de 2 transceivers 10 /25G Base-SR, ou 4 transceivers sendo 2 de 10G Base-SR e 2 de 25G Base-SR, e com 2 cabos de fibra ótica padrão LC de 5 metros.

4.2.2. Com 02 interfaces de rede 1/10Gbps no padrão 10GBase-T (conector RJ45), com suporte ao protocolo de virtualização VMQ, com tecnologia de processamento TCP/IP offload LSO e RSS.

4.3. Fonte de Alimentação

4.3.1. Com no mínimo de 2 (duas) fontes, suportando o funcionamento do equipamento na configuração ofertada mesmo em caso de falha de uma das fontes, acompanhadas de cabos de alimentação, no padrão NBR 14136.

4.3.2. Deverão ser redundantes e hot-pluggable permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento;

4.3.3. Com certificação 80Plus, no mínimo na categoria PLATINUM;

4.3.4. LED indicador de status que permita monitor e diagnosticar as condições de funcionamento;

4.3.5. Tensão de entrada entre 100-127V ou 200-240V a 60Hz.

4.4. Placa Mãe

4.4.1. Com chipset da mesma marca do fabricante do processador;

4.4.2. Com, no mínimo, 1 slot PCI Express 4.0 ou superior, o slot deve estar disponível sem estar ocupado por nenhum componente ou placa.

4.4.3. Deverá ser da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado;

4.4.4. Com no mínimo 16 slots de memória, com suporte a DDR5 RDIMM (Registered DIMM) ou LRDIMM (Load Reduced DIMM), com tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code), e velocidade de 4000MT/s ou superior. Deve suportar expansão de memória RAM, para até, no mínimo 512GB.

4.5. Processador

4.5.1. Com 2 processadores escaláveis, cada processador com 24 núcleos, 48 threads, memória cache de 60 MB - L3, e frequência mínima em modo turbo de 4.0GHz;

4.5.2. Deve estar classificado no site do fabricante para o seguimento de servidores;

4.5.3. Controladora de memória com suporte a DDR5, ECC, de no mínimo 5200 MT/s, oferecendo no mínimo 8 canais de memória;

4.5.4. Com suporte a tecnologia de virtualização;

4.5.5. Compatível com o padrão ACPI v4;

4.5.6. Deverá ter índice SPEC CPU2017 Integer Rate Results (Baseline) auditado de no mínimo 502.

4.6. **Memória**

4.6.1. Deverá ser fornecido com 256GB de memórias DDR5 RDIMM (Registered DIMM) ou LRDIMM (Load Reduced DIMM), com tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code), e velocidade de 4000MT/s, ou superior.

4.7. **Armazenamento para o Sistema Operacional**

4.7.1. Controladora com dispositivo de armazenamento de dados, para instalação e inicialização do sistema operacional;

4.7.2. Com no mínimo dois dispositivos SSD, com 480GB em RAID 1, por Hardware;

4.7.3. Canal padrão SATA 3 (Serial ATA), ou Serial Attached SCSI (SAS), ou NVMe;

4.7.4. Taxa de transferência mínima de 6 Gb/s (seis Gigabits por segundo);

4.7.5. Otimizados para uso em servidores de rede, de no mínimo 0,5 DWPD (Disk full Writes Per Day) para 5 anos.

4.7.6. Formato M.2 ou 2.5”.

4.8. **Controladora de Armazenamento de Dados:**

4.8.1. Com memória cache de no mínimo 8GB;

4.8.2. Suporte a RAID 0, 1, 5, 6, 10;

4.8.3. Deverá suportar expansão de capacidade e formatação on-line;

4.8.4. Deverá permitir a detecção e recuperação automática de falhas e reconstrução, também de forma automática, dos volumes de RAID sem impacto para as aplicações e sem necessidade de reiniciar o equipamento;

4.8.5. Deverá permitir a operação em modo RAID e pass-through em discos distintos. Ou fornecer controladora RAID e controladora pass-through;

4.8.6. Recursos de hot swap para as unidades de disco rígido;

4.8.7. Deverá suportar implementação de disco Global Hot-spare;

4.8.8. Deverá suportar Self-Monitoring Analysis and Reporting Technology (SMART).

4.9. **Armazenamento de dados:**

4.9.1. A capacidade de armazenamento líquido deve ser implementada utilizando duas camadas distintas de dispositivos de armazenamento conforme especificações detalhadas abaixo:

4.9.2. Armazenamento de Dados 1:

4.9.2.1. Deverá ser entregue com 2 Dispositivos SSD (Solid State Drives), de 6,4TB cada um, ou superior;

4.9.2.2. Com suporte a RAID-1 ou RAID-5, implementado por hardware;

4.9.2.3. Do tipo NVMe de Geração 4 ou SAS SSD;

4.9.2.4. DWPD 1 ou superior, medido pelo período de 5 anos;

4.9.2.5. Durabilidade mínima de 14 PBW (Petabytes written);

4.9.2.6. Performance de 155.000 IOPS reads (4 KB blocks) e leitura sequencial de 1020 MB/s, ou superior.

4.9.3. Armazenamento de Dados 2:

4.9.3.1. Com 100 TB de espaço líquido com Dispositivos SAS ou NLSAS;

4.9.3.2. Dispositivos HDD SAS ou NLSAS devem apresentar espaço líquido em RAID-6 implementado por hardware.

4.9.3.3. Cada RAID group deverá conter no máximo 10 discos de dados e 2 discos de paridade (10+2);

4.9.3.4. Os dispositivos deverão ser do tipo hot-plug e hot-swap, permitindo a substituição sem necessidade de desligar o equipamento;

4.9.3.5. Cada dispositivo deverá ter capacidade máxima de 24TB, taxa de transferência mínima de 12Gbps, Formato de 3.5", e Rotação de 7.200 rpm.

5. SERVIDOR DE REDE TIPO V

5.1. Gabinete para RACK

5.1.1. Botão liga/desliga na parte frontal do equipamento;

5.1.2. Display ou LEDs embutido no painel frontal do gabinete para exibição de status de funcionamento e alertas de funcionamento;

5.1.3. Sistema de ventilação redundante e hot-pluggable para que a CPU suporte a configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para o perfeito funcionamento do equipamento;

5.1.4. Com 1 porta USB 2.0, e 1 porta USB 3.0;

5.1.5. Saída de vídeo, com resolução gráfica de 1280 x 1024 pixels ou superior;

5.1.6. Com Porta de Gerenciamento;

5.1.7. Com acessórios para montagem através de sistema de trilhos deslizantes, e gerenciamento de cabos.

5.2. Interface de rede:

5.2.1. Com 2 portas de Interface de Rede 10/25Gbps GbE SFP28, com suporte ao protocolo de virtualização VMQ, com tecnologia de processamento TCP/IP offload LSO e RSS, acompanhadas de 2 transceivers 10 /25G Base-SR, ou 4 transceivers sendo 2 de 10G Base-SR e 2 de 25G Base-SR, e com 4 cabos de fibra ótica padrão LC de 5 metros.

5.2.2. Com 2 portas HBA, com taxas de transferência de 32 (trinta e dois) Gbps (gigabits por segundo) ou superior por porta, em FC-SW e compatíveis (auto-negotiated) com modos 16 (dezesesseis) e 8 (oito) Gbps. As portas deverão ser compatíveis com os conectores do tipo LC paralelos (2 x LC Fibre Channel), polimento UPC;

5.2.2.1. Com balanceamento da carga de I/O e capacidades de QoS (Quality of Service), ou funcionalidade que permita o gerenciamento de congestionamento;

5.2.2.2. Com 2 transceivers que permitam taxas de transferência de 32Gbps, e com 2 cabos de fibra ótica padrão LC, de 5 metros cada.

5.3. Fonte de Alimentação

5.3.1. Com no mínimo de 2 (duas) fontes, suportando o funcionamento do equipamento na configuração ofertada mesmo em caso de falha de uma das fontes, acompanhadas de cabos de alimentação, no padrão NBR 14136.

5.3.2. Deverão ser redundantes e hot-pluggable permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento;

5.3.3. Com certificação 80Plus, no mínimo na categoria PLATINUM;

5.3.4. LED indicador de status que permita monitor e diagnosticar as condições de funcionamento;

5.3.5. Tensão de entrada entre 100-127V ou 200-240V a 60Hz.

5.4. Placa Mãe

5.4.1. Com chipset da mesma marca do fabricante do processador;

5.4.2. Com, no mínimo, 1 slot PCI Express 4.0 ou superior, o slot deve estar disponível sem estar ocupado por nenhum componente ou placa.

5.4.3. Deverá ser da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado;

5.4.4. Com no mínimo 16 slots de memória, com suporte a DDR5 RDIMM (Registered DIMM) ou LRDIMM (Load Reduced DIMM), com tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code), e velocidade de 4000MT/s ou superior. Deve suportar expansão de memória RAM, para até, no mínimo 512GB.

5.5. Processador

5.5.1. Com 2 processadores escaláveis, cada processador com 24 núcleos, 48 threads, memória cache de 60 MB - L3, e frequência mínima em modo turbo de 4.0GHz;

5.5.2. Deve estar classificado no site do fabricante para o seguimento de servidores;

5.5.3. Controladora de memória com suporte a DDR5, ECC, de no mínimo 5200 MT/s, oferecendo no mínimo 8 canais de memória;

5.5.4. Com suporte a tecnologia de virtualização;

5.5.5. Compatível com o padrão ACPI v4;

5.5.6. Deverá ter índice SPEC CPU2017 Integer Rate Results (Baseline) auditado de no mínimo 502.

5.6. Memória

5.6.1. Deverá ser fornecido com 1024GB de memórias DDR5 RDIMM (Registered DIMM) ou LRDIMM (Load Reduced DIMM), com tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code), e velocidade de 4000MT/s, ou superior.

5.7. Armazenamento para o Sistema Operacional

- 5.7.1. Controladora com dispositivo de armazenamento de dados, para instalação e inicialização do sistema operacional;
- 5.7.2. Com no mínimo dois dispositivos SSD, com 480GB em RAID 1, por Hardware;
- 5.7.3. Canal padrão SATA 3 (Serial ATA), ou Serial Attached SCSI (SAS), ou NVMe;
- 5.7.4. Taxa de transferência mínima de 6 Gb/s (seis Gigabits por segundo);
- 5.7.5. Otimizados para uso em servidores de rede, de no mínimo 0,5 DWPD (Disk full Writes Per Day) para 5 anos.
- 5.7.6. Formato M.2 ou 2.5”.

5.8. Armazenamento de dados:

- 5.8.1. Com 6 dispositivos de armazenamento estático - SSD (solid state drive), de 1600GB por dispositivo, ou com capacidade superior por dispositivo;
- 5.8.2. Com dispositivo NVMe de Geração 4, ou SAS SSD;
- 5.8.3. Com DWPD 3, medido pelo período de 5 anos;
- 5.8.4. Com durabilidade mínima de 8 PBW (Petabytes written);
- 5.8.5. Possuir performance mínima de 210.000 IOPS reads (4 KB blocks) e mínimo de leitura sequencial de 6.3 GB/s.

5.9. Com 1 GPU

- 5.9.1. Com suporte a VMWare ESXi 8.0, e ao Microsoft Hyper-v;
- 5.9.2. Com licença perpétua para acesso simultâneo a 2 máquinas virtuais;
- 5.9.3. A GPU deverá ser compatível com o servidor, a comprovação poderá ser através de matriz de compatibilidade do fabricante da GPU, ou matriz de compatibilidade do fabricante do servidor, também será aceito comprovação de compatibilidade através do DMTF (dmtof.org)) para fabricantes de servidor e de GPU membros.
- 5.9.4. Com 48GB de memória GDDR6 com ECC, com suporte a banda passante de pelo menos 864GB/s.
- 5.9.5. Com potência Máxima de Design Térmico (Max Thermal Design Power - TDP) de 350W.
- 5.9.6. Com 183 teraflops de TF32
- 5.9.7. Com 362 teraflops de FP16
- 5.9.8. Com 3 decodificadores de vídeo dedicados;
- 5.9.9. Com licenciamento perpétuo para a função de virtualização de GPU com a finalidade de VGPU for IA.

6. STORAGE TIPO I

- 6.1. Equipamento para armazenamento de dados, scale-out NAS, podendo ser composto de Módulo/Nós all-flash e híbridos (dispositivos SSD e discos mecânicos SATA/NL-SAS), deverá ser entregue com uma capacidade de armazenamento líquido de 350TB;

6.2. Com arquitetura distribuída e composta por módulos/nós que atuem de forma paralela, com processamento simétrico. Todos os módulos/nós que compõem a solução deverão ser ativos;

6.3. Deverá ser fornecido com todas as licenças necessárias ao funcionamento do equipamento nas configurações solicitadas, as licenças devem permitir a replicação dos dados para outro storage do mesmo tipo instalado localmente ou em outra localidade, de forma assíncrona;

6.4. Cada módulo/nó deverá conter 2 portas de Interface de Rede 10/25Gbps, para conexão do equipamento com a rede de dados da Contratante, acompanhadas de 2 transceivers 10/25G Base-SR, ou 4 transceivers sendo 2 de 10G Base-SR e 2 de 25G Base-SR, e com 2 cabos de fibra ótica padrão LC de 5 metros.

6.5. Especificação para módulo ou nó híbrido - deverá ser na forma de um conjunto autônomo, com as seguintes características:

6.5.1. Composto de CPUs, interfaces de comunicação, memórias, memória não volátil, controladora de armazenamento, throughput e área de armazenamento de dados.

6.5.2. A Controladora de armazenamento deve permitir crescimento linear da capacidade de armazenamento, do equipamento como um todo.

6.5.3. Compatível com rack de 19", por fixação através de trilhos.

6.5.4. Com Capacidade individual bruta de discos SATA/NL-SAS de até 22 TB, ou com o uso de armazenamento com tecnologia QLC com SSD Flash de até 31TB.

6.5.5. Com Capacidade bruta mínima de 6 TB, em drives SSD, com no mínimo dois drives se for híbrido;

6.5.6. Com no mínimo 96 GB de memória RAM.

6.6. Especificação para módulo ou nó all-flash - deverá ser na forma de um conjunto autônomo, com as seguintes características:

6.6.1. Composto de CPUs, interfaces de comunicação, memórias, memória não volátil, controladora de armazenamento, throughput e área de armazenamento de dados;

6.6.2. A Controladora de armazenamento deve permitir crescimento linear da capacidade de armazenamento, do equipamento como um todo;

6.6.3. Compatível com rack de 19", por fixação através de trilhos;

6.6.4. Capacidade individual bruta máxima de discos NVMe de até 31 TB;

6.6.5. Mínimo de 64 GB de memória RAM;

6.6.6. Não serão aceitas soluções que contenham nós intermediários, ou que possuam funções específicas de acesso ou armazenamento no cluster.

6.6.7. Os módulos/nós deverão possuir redundância de fontes de alimentação, ventilação, barramento de interconexão de cluster, além de permitir a substituição das fontes de alimentação de maneira não disruptiva.

6.6.8. O sistema operacional dos módulos/nós do sistema de armazenamento Scale-out NAS deverá ser nativo do produto, do mesmo fabricante, não se permitindo as modalidades OEM de sistemas operacionais de propósito geral, baseado em Windows e suas variações ou Unix/Linux e suas variações, exceto se customizado e suportado integralmente pelo fabricante da solução.

6.6.9. Deverá permitir o upgrade do sistema operacional entre versões de correção e de atualização global do sistema de armazenamento, sem parada do global namespace.

6.6.10. A substituição de discos avariados nos Módulo/Nós, deve ser realizada sem necessidade de interrupção das operações de I/O, das aplicações que estão acessando o subsistema de armazenamento.

6.7. Os módulos/nós deverão se agregar em regime scale-out formando um Cluster, expandindo a sua área útil de acordo com a capacidade solicitada;

6.7.1. O cluster deverá ter desempenho mínimo de 7 GB/s (dez gigabytes por segundo de leitura) ou 5 GB/s (seis gigabytes por segundo de escrita) em NFS versão 3, comprovado pelo fabricante;

6.7.2. O conjunto de Módulos/Nó, deve suportar expansão para, no mínimo, 8 módulos/nós em cluster.

6.7.3. A solução ofertada com mais de um tipo de sistema (híbrido e all-flash), com necessidade de conexão externa entre os nós, deverá possuir 1 (um) par de switches exclusivamente para a comunicação interna (Back-End) dos nós/controladoras do sistema;

6.7.4. A rede interna de comunicação que proporciona a sincronização do trabalho entre os nós do cluster, caso seja externa aos módulos/nós, deverá ser exclusiva, especialmente desenhada, implantada e separada da rede de serviços de compartilhamento de áreas de armazenamento;

6.7.5. A rede de comunicação entre os nós, caso seja externa aos módulos/nós, deverá ser implantada de maneira ponto a ponto, com velocidade mínima de 100Gbps;

6.7.6. O storage deverá balancear o armazenamento dos dados de forma automática entre todos os nós que compõem o cluster, sem utilização de componente externo;

6.7.7. O storage deverá fornecer um mecanismo de balanceamento de acesso dos clientes em suas interfaces de rede de front-end.

6.8. O Storage deverá ser entregue com uma capacidade de armazenamento líquido de 350TB.

6.8.1. Entende-se por capacidade líquida de armazenamento, a capacidade disponível para armazenamento de dados.

6.8.2. A área líquida deverá estar disponível para aplicações descontadas todas as reservas necessárias, e permitindo que o volume seja disponibilizado para NAS (Network Attached Storage), sob os protocolos CIFS /SMB, HTTP / HTTPS, NFS, e S3.

6.8.3. O equipamento deve permitir acesso para compartilhamento de arquivos, utilizando no mínimo os protocolos: HTTP / HTTPS, NFSv3, NFSv4, NFSv4.1, NFSv4.2, SMB 2.0, SMB 2.1, SMB 3.0, e protocolo S3 nativo, sem recorrer ao uso de software de terceiros ou soluções baseadas em gateways.

6.8.4. O storage deverá suportar a expansão da área útil de armazenamento de forma transparente, sem qualquer procedimento de “reboot” ou desmapeamento de unidades lógicas, ou mountpoints de rede para reconhecimento da área de armazenamento expandida.

6.9. Configurações Gerais do STORAGE:

6.9.1. Deverá suportar monitoramento de utilização de seus componentes com armazenamento de dados históricos, de forma que os dados possam ser analisados e utilizados para provisionamento e upgrades futuros.

6.9.2. Deve suportar cotas de armazenamento para usuários.

6.9.3. As cotas deverão ser aplicadas em pasta vazias, pastas já em uso e em qualquer nível de profundidade da árvore de subdiretórios.

6.9.4. As cotas deverão ser implementadas através de políticas pré-definidas pelo administrador, aplicáveis a qualquer usuário ou grupo de usuários configurado no “namespace global”.

6.9.5. A implementação de cotas deverá monitorar a utilização de espaço de armazenamento pelos usuários e garantir que não ultrapassem os limites configurados, permitindo a opção de bloquear a escrita e/ou enviar alertas amigáveis para usuários.

6.9.6. A política de cotas deverá possuir suporte ao provisionamento dinâmico, ou seja, deverá permitir que o administrador do storage entregue aos usuários uma capacidade de armazenamento maior do que a capacidade efetiva do equipamento.

6.9.7. Deverá possibilitar a implantação de replicação remota de dados de forma assíncrona, permitindo a implantação de políticas de recuperação rápida em caso de desastre.

6.9.8. Deverá possibilitar a implantação de Snapshots para os dados armazenados. Deve ser permitida a criação de snapshots por volume ou pasta.

6.9.9. Deverá permitir a tierização da sua capacidade de armazenamento, para uma camada de armazenamento em uma nuvem pública ou privada, externa ao presente subsistema.

6.9.10. Deverá ser entregue com todos os acessórios de instalação, como cabos de alimentação, parafusos e trilhos de fixação.

6.10. Deverá ser fornecido software para funcionamento e gerenciamento do storage, com o devido licenciamento, e com as seguintes características:

6.10.1. Deverá possibilitar a implantação de movimentação automática de arquivos ou blocos em nós híbridos, entre diferentes camadas de armazenamento, disponíveis no cluster, definidas por tipo e velocidade de acesso aos dados.

6.10.2. A movimentação de arquivos deverá ocorrer com o uso de recursos internos do storage, sem softwares ou appliances externos.

6.10.3. A movimentação deve ocorrer periodicamente, entre diferentes camadas de armazenamento existentes no equipamento, de acordo com políticas definidas pelo administrador.

6.10.4. É mandatório que o administrador do sistema possa realizar a configuração das políticas que definirão em que camada de armazenamento o arquivo deve residir.

6.10.5. Deverá possibilitar a integração com serviços de diretório, para promover a autenticação e autorização dos usuários.

6.10.6. Os seguintes serviços mínimos de diretório deverão ser suportados pelo sistema de arquivos: Active Directory (AD) da Microsoft, LDAP, NIS e autenticação local.

6.10.7. Deverá possibilitar mecanismo de “Single Sing-On” (SSO) como ponto único e centralizado de administração por linha de comando ou Web baseado em “SAML” (Security Assertion Markup Language), podendo ser implementado com o Active Directory Federation Services (AD FS) ou em outras plataformas, toda implementação, comprovação de compatibilidade, softwares necessários, e tokens de acesso, será de responsabilidade da Licitante.

6.10.8. Deverá registrar todas as atividades administrativas, eventos e falhas de componentes, em um sistema unificado de registro de eventos.

6.10.9. Deverá implantar auditoria do sistema de arquivos, ao menos para os protocolos CIFS/SMB, NFS e S3. Os dados coletados pelo subsistema de auditoria devem ser automaticamente exportados para sistemas centralizados de armazenamento de log de terceiros, através dos protocolos padrões de mercado para este fim, sendo possível enviar as informações de auditoria para um servidor syslog.

6.11. Gerenciamento:

6.11.1. As atividades de administração do equipamento deverão ser realizadas via interfaces Ethernet. Estas interfaces podem ou não ser compartilhadas com acesso de usuários (CIFS/SMB e NFS);

6.11.2. O storage deverá permitir o gerenciamento centralizado, através de interface web, para todos os componentes da solução;

6.11.3. Todos os componentes necessários para o perfeito funcionamento do gerenciamento devem ser fornecidos;

6.11.4. O gerenciamento deve permitir a criação de níveis de acesso de usuários (super usuário, administrador e operador).

6.11.5. Com acesso via SSH para administração remota;

6.12. Deverá ser fornecido com cabos de alimentação, no padrão NBR 14136.

7. STORAGE TIPO II

7.1. Equipamento para armazenamento de dados, scale-out NAS, podendo ser composto de Módulo/Nós all-flash e híbridos (dispositivos SSD e discos mecânicos SATA/NL-SAS), deverá ser entregue com uma capacidade de armazenamento líquido de 590TB;

7.2. Com arquitetura distribuída e composta por módulos/nós que atuem de forma paralela, com processamento simétrico. Todos os módulos/nós que compõem a solução deverão ser ativos;

7.3. Deverá ser fornecido com todas as licenças necessárias ao funcionamento do equipamento nas configurações solicitadas, as licenças devem permitir a replicação dos dados para outro storage do mesmo tipo instalado localmente ou em outra localidade, de forma síncrona;

7.4. Cada módulo/nó deverá conter 2 portas de Interface de Rede 10/25Gbps, para conexão do equipamento com a rede de dados da Contratante, acompanhadas de 2 transceivers 10/25G Base-SR, ou 4 transceivers sendo 2 de 10G Base-SR e 2 de 25G Base-SR, e com 2 cabos de fibra ótica padrão LC de 5 metros.

7.5. Especificação para módulo ou nó híbrido - deverá ser na forma de um conjunto autônomo, com as seguintes características:

7.5.1. Composto de CPUs, interfaces de comunicação, memórias, memória não volátil, controladora de armazenamento, throughput e área de armazenamento de dados.

7.5.2. A Controladora de armazenamento deve permitir crescimento linear da capacidade de armazenamento, do equipamento como um todo.

7.5.3. Compatível com rack de 19", por fixação através de trilhos.

7.5.4. Com Capacidade individual bruta de discos SATA/NL-SAS de até 22 TB, ou com o uso de armazenamento com tecnologia QLC com SSD Flash de até 31TB.

7.5.5. Com Capacidade bruta mínima de 15 TB, em drives SSD, com no mínimo dois drives se for híbrido;

7.5.6. Com 96 GB de memória RAM.

7.6. Especificação para módulo ou nó all-flash - deverá ser na forma de um conjunto autônomo, com as seguintes características:

7.6.1. Composto de CPUs, interfaces de comunicação, memórias, memória não volátil, controladora de armazenamento, throughput e área de armazenamento de dados;

7.6.2. A Controladora de armazenamento deve permitir crescimento linear da capacidade de armazenamento, do equipamento como um todo;

7.6.3. Compatível com rack de 19", por fixação através de trilhos;

7.6.4. Capacidade individual bruta máxima de discos NVMe de até 31 TB;

7.6.5. Mínimo de 64 GB de memória RAM;

7.6.6. Não serão aceitas soluções que contenham nós intermediários, ou que possuam funções específicas de acesso ou armazenamento no cluster.

7.6.7. Os módulos/nós deverão possuir redundância de fontes de alimentação, ventilação, e barramento de interconexão de cluster, a substituição de fonte de alimentação e de barramento de interconexão de cluster, deverão ocorrer de maneira não disruptiva.

7.6.8. O sistema operacional dos módulos/nós do sistema de armazenamento Scale-out NAS deverá ser nativo do produto, do mesmo fabricante, não se permitindo as modalidades OEM de sistemas operacionais de propósito geral, baseado em Windows e suas variações ou Unix/Linux e suas variações, exceto se customizado e suportado integralmente pelo fabricante da solução.

7.6.9. Deverá permitir o upgrade do sistema operacional entre versões de correção e de atualização global do sistema de armazenamento, sem parada do global namespace.

7.6.10. A substituição de discos avariados nos Módulo/Nós, deve ser realizada sem necessidade de interrupção das operações de I/O, das aplicações que estão acessando o subsistema de armazenamento.

7.7. Os módulos/nós deverão se agregar em regime scale-out formando um Cluster, expandindo a sua área útil de acordo com a capacidade solicitada;

7.7.1. O cluster deverá ter desempenho mínimo de 7 GB/s (Dez Gigabytes por segundo de leitura) ou 5 GB/s (Cinco Gigabytes por segundo de escrita) em NFS versão 3, comprovado pelo fabricante;

7.7.2. O conjunto de Módulos/Nó, deve suportar expansão para, no mínimo, 8 módulos/nós em cluster.

7.7.3. A solução ofertada com mais de um tipo de sistema (híbrido e all-flash), com necessidade de conexão externa entre os nós, deverá possuir 1 (um) par de switches exclusivamente para a comunicação interna (Back-End) dos nós/controladoras do sistema;

7.7.4. A rede interna de comunicação que proporciona a sincronização do trabalho entre os nós do cluster, caso seja externa aos módulos/nós, deverá ser exclusiva, especialmente desenhada, implantada e separada da rede de serviços de compartilhamento de áreas de armazenamento.

7.7.5. A rede de comunicação entre os nós deverá ser implantada de maneira ponto a ponto, com velocidade mínima de 100Gbps;

7.7.6. O storage deverá balancear o armazenamento dos dados de forma automática entre todos os nós que compõem o cluster, sem utilização de componente externo;

7.7.7. O storage deverá fornecer um mecanismo de balanceamento de acesso dos clientes em suas interfaces de rede de front-end.

7.8. O Storage deverá ser entregue com uma capacidade de armazenamento líquido de 590TB.

7.8.1. Entende-se por capacidade líquida de armazenamento, a capacidade disponível para armazenamento de dados.

7.8.2. A área líquida deverá estar disponível para aplicações descontadas todas as reservas necessárias, e permitindo que o volume seja disponibilizado para NAS (Network Attached Storage), sob os protocolos CIFS /SMB, HTTP / HTTPS, NFS e S3.

7.8.3. O equipamento deve permitir acesso para compartilhamento de arquivos, utilizando no mínimo os protocolos: HTTP / HTTPS, NFSv3, NFSv4, NFSv4.1, NFSv4.2, SMB 2.0, SMB 2.1, SMB 3.0, e protocolo S3 nativo, sem recorrer ao uso de software de terceiros ou soluções baseadas em gateways.

7.8.4. O storage deverá suportar a expansão da área útil de armazenamento de forma transparente, sem qualquer procedimento de “reboot” ou desmapeamento de unidades lógicas, ou mountpoints de rede para reconhecimento da área de armazenamento expandida.

7.9. Configurações Gerais do STORAGE:

7.9.1. Deverá suportar monitoramento de utilização de seus componentes com armazenamento de dados históricos, de forma que os dados possam ser analisados e utilizados para provisionamento e upgrades futuros.

7.9.2. Deve suportar cotas de armazenamento para usuários.

7.9.3. As cotas deverão ser aplicadas em pasta vazias, pastas já em uso e em qualquer nível de profundidade da árvore de subdiretórios.

7.9.4. As cotas deverão ser implementadas através de políticas pré-definidas pelo administrador, aplicáveis a qualquer usuário ou grupo de usuários configurado no “namespace global”.

7.9.5. A implementação de cotas deverá monitorar a utilização de espaço de armazenamento pelos usuários e garantir que não ultrapassem os limites configurados, permitindo a opção de bloquear a escrita e/ou enviar alertas amigáveis para usuários.

7.9.6. A política de cotas deverá possuir suporte ao provisionamento dinâmico, ou seja, deverá permitir que o administrador do storage entregue aos usuários uma capacidade de armazenamento maior do que a capacidade efetiva do equipamento.

7.9.7. Deverá possibilitar a implantação de replicação remota de dados de forma assíncrona, permitindo a implantação de políticas de recuperação rápida em caso de desastre.

7.9.8. Deverá possibilitar a implantação de Snapshots para os dados armazenados. Deve ser permitida a criação de snapshots por volume ou pasta.

7.9.9. Deverá permitir a tierização da sua capacidade de armazenamento, para uma camada de armazenamento em uma nuvem pública ou privada, externa ao presente subsistema;

7.9.10. Deverá ser entregue com todos os acessórios de instalação, como cabos de alimentação, parafusos e trilhos de fixação.

7.10. Deverá ser fornecido software para funcionamento e gerenciamento do storage, com o devido licenciamento, e com as seguintes características:

7.10.1. Deverá possibilitar a implantação de movimentação automática de arquivos ou blocos em nós híbridos, entre diferentes camadas de armazenamento, disponíveis no cluster, definidas por tipo e velocidade de acesso aos dados.

7.10.2. A movimentação de arquivos deverá ocorrer com o uso de recursos internos do storage, sem softwares ou appliances externos.

7.10.3. A movimentação deve ocorrer periodicamente, entre diferentes camadas de armazenamento existentes no equipamento, de acordo com políticas definidas pelo administrador.

7.10.4. É mandatório que o administrador do sistema possa realizar a configuração das políticas que definirão em que camada de armazenamento o arquivo deve residir.

7.10.5. Deverá possibilitar a integração com serviços de diretório, para promover a autenticação e autorização dos usuários.

7.10.6. Os seguintes serviços mínimos de diretório deverão ser suportados pelo sistema de arquivos: Active Directory (AD) da Microsoft, LDAP, NIS e autenticação local.

7.10.7. Deverá possibilitar mecanismo de “Single Sing-On” (SSO) como ponto único e centralizado de administração por linha de comando ou Web baseado em “SAML” (Security Assertion Markup Language), podendo ser implementado com o Active Directory Federation Services (AD FS) ou em outras plataformas, toda implementação, comprovação de compatibilidade, softwares necessários, e tokens de acesso, será de responsabilidade da Licitante.

7.10.8. Deverá registrar todas as atividades administrativas, eventos e falhas de componentes, em um sistema unificado de registro de eventos.

7.10.9. Deverá implantar auditoria do sistema de arquivos, ao menos para os protocolos CIFS/SMB, NFS e S3. Os dados coletados pelo subsistema de auditoria devem ser automaticamente exportados para sistemas centralizados de armazenamento de log de terceiros, através dos protocolos padrões de mercado para este fim, sendo possível enviar as informações de auditoria para um servidor syslog.

7.11. Gerenciamento:

7.11.1. As atividades de administração do equipamento deverão ser realizadas via interfaces Ethernet. Estas interfaces podem ou não ser compartilhadas com acesso de usuários (CIFS/SMB e NFS);

7.11.2. O storage deverá permitir o gerenciamento centralizado, através de interface web, para todos os componentes da solução;

7.11.3. Todos os componentes necessários para o perfeito funcionamento do gerenciamento devem ser fornecidos;

7.11.4. O gerenciamento deve permitir a criação de níveis de acesso de usuários (super usuário, administrador e operador);

7.11.5. Com acesso via SSH para administração remota;

7.12. Deverá ser fornecido com cabos de alimentação, no padrão NBR 14136.

8. STORAGE TIPO III

8.1. Solução de Storage para armazenamento de dados, baseado em bloco, com suporte simultâneo ao protocolo Fibre Channel (FCP SCSI-3), com gerenciamento centralizado;

8.2. A solução de storage deverá estar configurada com área líquida de, no mínimo, 240 TB, dispostos em RAID 6, admitidos 4% para mais ou menos usando discos do tipo NL-SAS;

8.3. A área de armazenamento líquido deverá estar configurada com discos de tecnologia NL-SAS de no máximo 24TB (vinte e quatro terabytes), e velocidade mínima de rotação de 7.200 RPM.

8.4. Adicionalmente a capacidade solicitada, devem ser fornecidos dispositivos ou áreas de spare, sendo, no mínimo, 1 a cada 24 dispositivos.

8.5. Com escalabilidade para atingir 250 discos no subsistema de armazenamento, apenas com a adição de discos e gavetas, sem que haja a troca do modelo proposto pelo fornecedor ou de controladoras.

8.6. Com no mínimo 2 unidades controladoras de discos redundantes, ativas e integradas, que possibilite a conexão de hosts;

8.7. Com mínimo de 16 GB de memória DRAM, distribuídos de forma equivalente entre as controladoras de disco. Não serão aceitas soluções que utilizam outro tipo de memória como extensão baseado em discos NVME /SSD, placas adicionais ou soluções similares;

8.8. A solução de storage deverá possuir recursos de redundância para implementar característica de failover de modo automático em casos de falhas, e assim garantir a disponibilidade do ambiente de armazenamento, a solução de storage deverá ser resiliente a situações de defeitos em componentes como CPU, memória, barramento de dados, fontes de alimentação, interfaces, e demais componentes;

8.9. Com sistema operacional desenvolvido pelo mesmo fabricante do hardware, não sendo aceito soluções utilizando sistemas operacionais de mercado, como Windows, Linux ou Unix;

8.10. Com arquitetura de back-end SAS 3.0, de modo que seja implementada total redundância e alta taxa de transferência no conjunto de back-end;

8.11. Com mecanismos de proteção de conteúdo da memória de escrita, em caso de falha de energia;

8.12. Deverá suportar nativamente os protocolos de bloco SAN: iSCSI, e Fibre Channel (FCP SCSI-3), os protocolos deverão estar ativos;

8.13. O subsistema de armazenamento deverá possuir interfaces front-end, com 8 (oito) portas dedicadas à conexão com a SAN (Storage Area Network) para uso com Fibre-Channel de 32/16/8 Gbps, e transceivers SFP com conectores LC;

8.14. Deverão ser fornecidos 8 cabos de fibra ótica com conectores LC-LC, padrão OM4 de 5 metros de comprimento;

8.15. Não serão aceitas soluções baseadas em virtualizadores, composições de equipamentos de menor porte, soluções que dependam de múltiplas interfaces de gerenciamento, soluções montadas ou que incluam componentes de múltiplos fabricantes. O equipamento fornecido deverá ser único e totalmente integrado pelo fabricante;

8.16. Não serão aceitas soluções baseadas em samba, que façam uso de software de cluster padrão de mercado ou soluções de gerenciamento de volumes de mercado.

8.17. Deverá ser fornecido com todas as licenças necessárias ao funcionamento do equipamento nas configurações solicitadas, as licenças devem permitir a replicação dos dados para outro storage do mesmo tipo instalado localmente ou em outra localidade, de forma assíncrona.

8.18. Com Suporte ao protocolo de gerenciamento SNMP v3;

8.19. Deverá permitir a entrega de volumes para servidores com:

8.19.1. VMware ESXi 8.0 ou superior;

8.19.2. Microsoft Windows Server 2022 ou superior;

8.19.3. Deverá possuir mecanismos que permitam a utilização das técnicas de volumes para recuperação rápida de arquivos ou pastas do tipo réplica point-in-time (snapshot);

8.19.4. Deverá possuir interface gráfica de gerenciamento para automação do processo de geração de cópias point-in-time, incluindo agendamento e criação da cópia de modo consistente e automatizado;

8.20. Deverá permitir o gerenciamento via linha de comando (CLI), bem como interface gráfica, acessível pelo protocolo HTTP em interface de rede específica para gerência (distinta das demais interfaces de front-end), com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

8.20.1. Configuração de hardware e de rede;

8.20.2. Gerenciamento das controladoras, compartilhamentos e snapshots;

8.20.3. Gerenciamento de usuário e grupos de usuários;

8.20.4. Gerenciamento manual de volumes;

8.20.5. Recursos de monitoração do pool de armazenamento integrados;

8.21. Deverá ser fornecido com cabos de alimentação, no padrão NBR 14136.

9. STORAGE TIPO IV

9.1. Solução de Storage para armazenamento de dados, baseado em bloco, com suporte simultâneo ao protocolo Fibre Channel (FCP SCSI-3), com gerenciamento centralizado;

9.2. A solução de storage deverá estar configurada com área líquida de, no mínimo, 760 TB, dispostos em RAID 6, admitidos 4% para mais ou menos usando discos do tipo NL-SAS.

9.3. A área de armazenamento líquido deverá estar configurada com discos de tecnologia NL-SAS de no máximo 24TB (vinte e quatro terabytes), e velocidade mínima de rotação de 7.200 RPM.

9.4. Adicionalmente a capacidade solicitada, devem ser fornecidos dispositivos ou áreas de spare, sendo, no mínimo, 1 a cada 24 dispositivos.

- 9.5. Com escalabilidade para atingir 300 discos no subsistema de armazenamento, apenas com a adição de discos e gavetas, sem que haja a troca do modelo proposto pelo fornecedor ou de controladoras.
- 9.6. Com no mínimo 2 unidades controladoras de discos redundantes, ativas e integradas, que possibilite a conexão de hosts;
- 9.7. Com mínimo de 16 GB de memória DRAM, distribuídos de forma equivalente entre as controladoras de disco. Não serão aceitas soluções que utilizam outro tipo de memória como extensão baseado em discos NVME /SSD, placas adicionais ou soluções similares;
- 9.8. A solução de storage deverá possuir recursos de redundância para implementar característica de failover de modo automático em casos de falhas, e assim garantir a disponibilidade do ambiente de armazenamento, a solução de storage deverá ser resiliente a situações de defeitos em componentes como CPU, memória, barramento de dados, fontes de alimentação, interfaces, e demais componentes;
- 9.9. Com sistema operacional desenvolvido pelo mesmo fabricante do hardware, não sendo aceito soluções utilizando sistemas operacionais de mercado, como Windows, Linux ou Unix;
- 9.10. Com arquitetura de back-end SAS 3.0, de modo que seja implementada total redundância e alta taxa de transferência no conjunto de back-end;
- 9.11. Com mecanismos de proteção de conteúdo da memória de escrita, em caso de falha de energia;
- 9.12. Deverá suportar nativamente os protocolos de bloco SAN: iSCSI, e Fibre Channel (FCP SCSI-3), os protocolos deverão estar ativos;
- 9.13. O subsistema de armazenamento deverá possuir interfaces front-end, com 8 (oito) portas dedicadas à conexão com a SAN (Storage Area Network) para uso com Fibre-Channel de 32/16/8 Gbps, transceivers SFP com conectores LC;
- 9.14. Deverão ser fornecidos 8 cabos de fibra ótica com conectores LC-LC, padrão OM4 de 5 metros de comprimento;
- 9.15. Deverá ser fornecido um par de switches SAN junto com o storage, com 24 portas FC, para interligação das portas do storage, alternativamente poderá ser ofertado equipamento com 24 portas FC 32Gbps nativas para atender a função desempenhada pelo Switch.
- 9.15.1. As portas deverão ter velocidade de 32 Gbps compatíveis também com velocidades de 16 e 8 Gbps.
- 9.15.2. Deverá ser fornecido, 1 transceivers e 1 cabo de fibras de pelo menos 5 metros, para cada uma das 24 portas de conexão.
- 9.16. Não serão aceitas soluções baseadas em virtualizadores, composições de equipamentos de menor porte, soluções que dependam de múltiplas interfaces de gerenciamento, soluções montadas ou que incluam componentes de múltiplos fabricantes. O equipamento fornecido deverá ser único e totalmente integrado pelo fabricante;
- 9.17. Não serão aceitas soluções baseadas em samba, que façam uso de software de cluster padrão de mercado ou soluções de gerenciamento de volumes de mercado.
- 9.18. Deverá ser fornecido com todas as licenças necessárias ao funcionamento do equipamento nas configurações solicitadas, as licenças devem permitir a replicação dos dados para outro storage do mesmo tipo instalado localmente ou em outra localidade, de forma assíncrona.

9.19. Com Suporte ao protocolo de gerenciamento SNMP v3;

9.20. Deverá permitir a entrega de volumes para servidores com:

9.20.1. VMware ESXi 8.0 ou superior;

9.20.2. Microsoft Windows Server 2022 ou superior;

9.21. Com suporte nativo para VMware VAAI (vSphere API for Array Integration) ou VASA (vStorage APIs for Storage Awareness).

9.22. Deverá possuir mecanismos que permitam a utilização das técnicas de volumes para recuperação rápida de arquivos ou pastas do tipo réplica point-in-time (snapshot);

9.23. Deverá possuir interface gráfica de gerenciamento para automação do processo de geração de cópias point-in-time, incluindo agendamento e criação da cópia de modo consistente e automatizado;

9.24. Deverá permitir o gerenciamento via linha de comando (CLI), bem como interface gráfica, acessível pelo protocolo HTTP em interface de rede específica para gerência (distinta das demais interfaces de front-end), com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

9.24.1. Configuração de hardware e de rede;

9.24.2. Gerenciamento das controladoras, sistemas de arquivos, compartilhamentos e checkpoints;

9.24.3. Gerenciamento de usuário e grupos de usuários;

9.24.4. Gerenciamento manual de volumes;

9.24.5. Recursos de monitoração do pool de armazenamento integrados;

9.25. Deverá ser fornecido com cabos de alimentação, no padrão NBR 14136.

10. NOBREAK DE 5KVA

10.1. O Nobreak e o Banco de baterias devem possuir estrutura de montagem reversível TORRE/RACK 19", com altura máxima de 3U's para gabinete de Nobreak e 3U's para gabinete de baterias;

10.2. Deverá ser fornecido com todos os acessórios necessários para instalação em piso, e para fixação em rack de 19" padrão 42U.

10.3. Nobreak On Line de Dupla Conversão;

10.4. Com proteção de entrada e saída através de dispositivo de ação rápida;

10.5. Com proteção por sensoramento eletrônico para atuar em caso de curto-circuito na saída, sobre/subtensão na entrada, saída e baterias;

10.6. Com Proteção contra tensão DC na saída por sensores eletrônicos;

10.7. Com Proteção contra sobrecarga de 125% durante 1 minuto e 150% por 30 segundos, transferindo a carga para by-pass após este período;

10.8. Com interface Ethernet, conector RJ-45;

10.9. Com conexão de saída de contato seco livre de potencial para sinalização;

10.10. Com conexão de entrada para realimentação da sinalização do estado de chave de by-pass.

- 10.11. Temperatura de operação de 0°C a 40°C para o Nobreak, e de 20°C a 25°C, para as baterias;
- 10.12. Umidade relativa do ar de 0% a 90% sem condensação;
- 10.13. Ruído máximo de funcionamento a plena carga menor que 55dBA;
- 10.14. Com grau de proteção IP-20;
- 10.15. Com MTBF superior a 200.000 horas.

10.16. **Gerenciamento do Nobreak:**

10.16.1. Gerenciamento remoto via software, com acesso protegido por senha, o software deverá ser fornecido pela contratada, o gerenciamento remoto deverá disponibilizar as seguintes informações:

- 10.16.1.1. Visualização das informações de entrada e saída, referentes a: Tensão, Corrente e Frequência;
- 10.16.1.2. Visualização da Tensão, corrente de carga/descarga e autonomia da bateria;
- 10.16.1.3. Status de operação do Nobreak;
- 10.16.1.4. Informação do modo de operação do Nobreak;
- 10.16.1.5. Menus de comando do Nobreak;
- 10.16.1.6. Registro de evento;
- 10.16.1.7. Notificações de alarmes via e-mail;

10.16.2. Com indicação e status do equipamento, através de LED ou mostrador LCD.

10.17. **Estrada:**

- 10.17.1. Deve suportar Tensão de entrada em 220 VCA com variação de 15%, e frequência de 60Hz com variação de 5%;
- 10.17.2. Fator de potência de entrada maior ou igual a 0,99 com 100% de carga, sem a utilização de filtros passivos para correção do fator de potência da entrada;
- 10.17.3. Com capacidade de alimentar o inversor a 100% de sua capacidade e recarregar as baterias em qualquer condição de carga;
- 10.17.4. Distorção harmônica máxima da corrente de entrada (DHTi) menor que 7% operando com carga nominal linear.

10.18. **Saída:**

- 10.18.1. Potência de saída de 5KVA;
- 10.18.2. Tensão saída em 220 VCA com variação de 5%, e frequência de 60Hz com variação de 3%;
- 10.18.3. A saída deverá ser em onda senoidal pura, mesmo quando a tensão estiver sendo fornecida pelo inversor;
- 10.18.4. Distorção harmônica da tensão de saída máxima de 3% para carga linear, e máxima de 5% para carga não linear;

10.18.5. Fator de crista 3:1;

10.18.6. Com fator de potência de saída de 0.9.

10.19. By-pass para transferência da carga:

10.19.1. Deve permitir a transferência da carga alimentada para a rede elétrica de forma automática;

10.19.2. O tempo de transferência para o ramal de by-pass assim como o retorno ao modo dupla conversão deve ser nula;

10.19.3. No modo de transferência automática, e no caso de falha no equipamento, onde a tensão de saída não pode ser fornecida pelo inversor, a carga alimentada deve ser transferida para a rede elétrica de forma automática, após a recuperação da falha a carga alimentada deve ser transferida de volta ao modo de alimentação pelo inversor, também de forma automática.

10.20. Bateria e Autonomia:

10.20.1. Autonomia de 20 minutos, a 50% da capacidade da potência de saída;

10.20.2. Baterias de chumbo ácido, selada, válvula regulada (VRLA), com eletrólito absorvido no separador (AGM);

10.20.3. Módulos de bateria com proteção de entrada e saída através de dispositivo de ação rápida;

10.20.4. Será permitido módulos externos de bateria para atender a autonomia solicitada. O modulo deve permitir assim como o Nobreak, a montagem reversível em piso e em rack de 19”.

10.20.5. Com monitoramento de baterias, com medição da tensão e temperatura dos elementos;

10.20.6. Com partida manual em qualquer condição, com carga na bateria (sem energia elétrica da rede presente) ou sem carga na bateria (com energia elétrica da rede presente);

10.20.7. Com desligamento do No-Break ao final da autonomia das baterias, com religamento automático no retorno da rede.

11. RACK DE 19”

11.1. Padrão RETMA 19 polegadas;

11.2. Tamanho 42U de acordo com o padrão EIA 310-E;

11.3. Conformidade com as normas, UL 2416 e UL 60950-1;

11.4. Com largura de 600mm;

11.5. Com profundidade de mínima de 1070mm;

11.6. Capacidade de suportar instalação de cargas estáticas de 1.700 kg;

11.7. Cor grafite ou preta;

11.8. Com portas frontal e traseira removíveis, e protegidas com chaves de segurança;

11.9. Com painéis laterais removíveis, e com trava de segurança;

11.10. Portas traseiras e frontais com furos de ventilação, que permitam ventilação mínima de 75% do ar;

- 11.11. Estrutura com pés reguláveis para nivelamento, movimentação e fixação do rack em piso falso;
- 11.12. Deve suportar a instalação de Servidores, switches, nobreaks, e outros dispositivos do tipo Rack
- 11.13. Com barras de extremidade removíveis para facilitar o posicionamento dos cabos;
- 11.14. Números em “U” impressos nos trilhos;
- 11.15. Estrutura única com dobradiças que permita alteração do sentido de abertura de porta;
- 11.16. Deve ser fornecido acessórios para organização de cabos e direcionamento do fluxo de ar;
- 11.17. Deve ser entregue com organizadores verticais para arrumação dos cabos, em quantidade suficiente para organizar os cabos considerando o rack lotado de equipamentos;
- 11.18. Devem ser fornecidas 21 tampas cegas de 1U de altura, da mesma cor do rack. As tampas devem ser tool-less para fixação.
- 11.19. Com bandeja de ventilador de teto para Rack de 19”:
 - 11.19.1. Com função de extrair o calor do interior do Rack;
 - 11.19.2. Alimentação em 220VCA, em 50/60Hz;
 - 11.19.3. Capacidade de fluxo de ar 207,7 L/s;
 - 11.19.4. Ruído de funcionamento máximo de 55 dBA;
 - 11.19.5. Com 4 ventiladores.
- 11.20. Com 2 Unidades de Distribuição de Energia (PDU), com as seguintes características:
 - 11.20.1. Tensão de trabalho 220VCA;
 - 11.20.2. Corrente elétrica de trabalho 16 Amperes;
 - 11.20.3. Com no mínimo 20 tomadas, no padrão NBR 14136;
 - 11.20.4. Com recurso para medição ativa de energia;
 - 11.20.5. Montagem lateral em posição vertical, para não ocupar espaço de “U” no rack;
 - 11.20.6. Com recurso de alertas de sobrecarga, local e remoto.

15. Anexo II - Modelo de Proposta

ANEXO II – Modelo de Proposta

À

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL SETOR DE LICITAÇÕES

REF.:

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº **XXXXXXXXXXXX**

Apresentação da proposta em conformidade com o Termo de Referência: A Proposta deverá descrever o Item para o qual foi feita a proposta, a quantidade, o modelo ofertado, o fabricante, o preço unitário, e o preço total do item.

Item		Quantidade	Modelo Ofertado	Fabricante	Valor Unitário do Item	Valor Total do Item Quant. X Valor Unitário
1	Servidor Tipo I	60				
2	Servidor Tipo II	193				
3	Servidor Tipo III	71				
4	Servidor Tipo IV	139				
5	Servidor Tipo V	14				
6	Storage TIPO I	37				
7	Storage TIPO II	24				
8	Storage TIPO III	5				
9	Storage TIPO IV	7				
10	Nobreak de 5KVA	249				
11	Rack de 19"	129				

Detalhamento dos itens em conformidade com o Tópico 10.38.1.12 do Termo de Referência: Em atendimento ao Acórdão 1.432/2024 TCU- Plenário, observando os tópicos 52 a 66 do referido Acórdão, as propostas deverão ser detalhadas seguindo o modelo das tabelas a seguir.

Detalhamento da proposta do Item 1: Em atendimento ao Acórdão 1.432/2024 TCU- Plenário								
Item	Objeto	Descrição do Produto do fabricante		QTDE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) equipamento	Valor total da proposta para o Item
1	Servidor Tipo I	Chassis:	Fabricante:					
			Modelo:					
			Descrição:					
			Part number:					
		Processador	Modelo:					
		Memória	Modelo:					
		Controladora de disco	Modelo:					
		Dispositivos de armazenamento estáticos	Modelo:					
			Capacidade:					
		Dispositivos de armazenamento Rotativo	Modelo:					
			Capacidade:					
		Garantia e assistência técnica	Descrição:					
		Instalação	Descrição:					

		Licenças de uso	Descrição:				

Detalhamento da proposta do Item 2 a Item 4: Em atendimento ao Acórdão 1.432/2024 TCU-Plenário								
Item	Objeto	Descrição do Produto do fabricante		QTDE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) equipamento	Valor total da proposta para o Item
2 a 4	Servidor Tipo II a Tipo IV	Chassis:	Fabricante:					
			Modelo:					
			Descrição:					
			Part number:					
		Chassis de expansão (quando necessário):	Modelo:					
			Descrição:					
			Part number:					
		Processador	Modelo:					
		Memória	Modelo:					
		Controladora de disco	Modelo:					
		Dispositivos de armazenamento estáticos	Modelo:					

			Capacidade:						
		Dispositivos de armazenamento Rotativo	Modelo:						
			Capacidade:						
		Garantia e assistência técnica	Descrição:						
		Instalação	Descrição:						
		Licenças de uso	Descrição:						

Detalhamento da proposta do Item 5: Em atendimento ao Acórdão 1.432/2024 TCU- Plenário									
Item	Objeto	Descrição do Produto do fabricante		QTDE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) equipamento	Valor total da proposta para o Item	
5	Servidor Tipo V	Chassis:	Fabricante:						
			Modelo:						
			Descrição:						
			Part number:						
		Processador	Modelo:						
		Memória	Modelo:						

		Dispositivos de armazenamento estáticos	Modelo:				
			Capacidade:				
		GPU	Modelo:				
		Garantia e assistência técnica	Descrição:				
		Instalação	Descrição:				
		Licenças de uso	Descrição:				

Detalhamento da proposta do Item 6 a Item 9: Em atendimento ao Acórdão 1.432/2024 TCU-Plenário								
Item	Objeto	Descrição do Produto do fabricante		QTDE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) equipamento	Valor total da proposta para o Item
6 a 9	Storage Tipo I a Tipo IV	Módulo	Fabricante:					
			Modelo:					
			Descrição:					
			Part number:					
			Tipo de Midia de armazenamento:					

			Capacidade de armazenamento:					
		Módulo	Modelo:					
			Descrição:					
			Part number:					
			Tipo de Midia de armazenamento:					
			Capacidade de armazenamento:					
		Garantia e assistência técnica	Descrição:					
		Instalação	Descrição:					
		Licenças de uso	Descrição:					

Detalhamento da proposta do Item 10: Em atendimento ao Acórdão 1.432/2024 TCU- Plenário							
Item	Objeto	Descrição do Produto do fabricante		QTDE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) equipamento
10	Nobreak	Módulo principal	Fabricante:				
			Modelo:				

			Descrição:					
			Part number:					
		Módulo bateria externa (se aplicável)	Modelo:					
			Capacidade:					
		Garantia e assistência técnica	Descrição:					

Detalhamento da proposta do Item 11: Em atendimento ao Acórdão 1.432/2024 TCU- Plenário								
Item	Objeto	Descrição do Produto do fabricante		QTDE	Valor Unitário	Valor Total	Valor Total de 1 (um) equipamento	Valor total da proposta para o Item
11	Rack	Rack	Fabricante:					
			Modelo:					
			Descrição:					
			Part number:					
		Modulo de ventilação	Modelo:					
		Modulo de energia (DPU)	Modelo:					

		Garantia e assistência técnica	Descrição:					

Declaração conforme Tópico 10.38.1.1 do Termo de Referência: Declaração de que nos valores ofertados já estão inclusas todas e quaisquer despesas incidentes no fornecimento do objeto, tais como de frete, impostos, taxas, transporte, seguro com transporte e assistência técnica, e garantia.

Declaração: xxxxxxxxxxxxxxxx

Declaração conforme Tópico 10.38.1.2 do Termo de Referência: Declaração de atendimento da garantia, e prestação de assistência técnica dentro dos prazos e das condições estabelecidas no Termo de Referência.

Declaração: xxxxxxxxxxxxxxxx

Declaração conforme Tópico 10.38.1.3 do Termo de Referência: Declaração de que que tem o pleno conhecimento das condições necessárias para fornecimento do objeto.

Declaração: xxxxxxxxxxxxxxxx

Declaração conforme Tópico 10.38.1.4 do Termo de Referência: Declaração de que tomou conhecimento da Portaria nº 513/2020, do MJSP: A Licitante deverá apresentar junto com a proposta, declaração de que tomou conhecimento da Portaria nº 513/2020, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, que dispõe sobre a implantação de Programa de Integridade em empresas contratadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, bem como das providencias adotadas para estar em conformidade com a referida Portaria. A exigência está em conformidade com os artigos 3º e 4º da Portaria nº 513/2020, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

Declaração: xxxxxxxxxxxxxxxx

Comprovação conforme tópico 10.38.1.5 do Termo de Referência: Comprovação de que todos os equipamentos e acessórios fornecidos são novos, de primeiro uso, e em fase de comercialização normal, a comprovação deverá ser através de documentação do fabricante.

Anexar documento comprovação:

Comprovação conforme tópico 10.38.1.6 do Termo de Referência: Comprovação de que o produto possui segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética: A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá enviar juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação, certificação do produto ofertado, caso o fabricante tenha aderido à certificação voluntária previstas na Portaria INMETRO nº 170, de 2012, ou na Portaria INMETRO Nº 304 DE 06/11 /2023, ou comprovação, por qualquer meio válido, ou certificação internacional, ou laudo pericial, de que o produto possui segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente àquela necessária para a certificação na forma da Portaria INMETRO nº 170, de 2012, ou na Portaria INMETRO Nº 304 DE 06/11/2023, conforme exigido no Termo de Referência. A exigência segue as recomendações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (6ª edição, setembro /2023), página 276.

Anexar documento comprovação:

Comprovação conforme tópico 10.38.1.7 do Termo de Referência: Comprovação de que os bens de informática não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS: A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar ou enviar juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, comprovação de que os bens de informática não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs). A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova, em especial laudo pericial, que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital. A exigência segue as recomendações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (6ª edição, setembro/2023), página 276.

Anexar documento comprovação:

Comprovação conforme tópico 10.38.1.8 do Termo de Referência: Comprovação de que possui plano de logística Reversa: A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, deverá enviar juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, o seu plano de logística reversa, aderente ao disposto na Lei nº 12.305.

Anexar documento de comprovação:

Detalhamento do cálculo de armazenamento dos servidores de rede conforme tópico 10.38.1.11 do Termo de Referência: Para os itens de servidor a proposta deverá ser acompanhada dos cálculos de composição do espaço de armazenamento solicitado.

Apresentar o detalhamento da volumetria de armazenamento.

Apresentação da documentação técnica detalhada conforme Tópico 10.38.1.10 do Termo de Referência: A proposta deve ser acompanhada de documentação técnica detalhada, desenhos, e demais informações que comprovem o atendimento das especificações técnicas do ANEXO I deste Termo de Referência.

Anexar documentação.

16. Anexo III - Termo de Ciência

ANEXO III: Termo de Ciência

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
DD/MM/AAAA	1.0	Primeira versão do documento.	XXXXXXXXXXXXX

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

<Conforme **ACÓRDÃO 172/2021 – TCU -PLENÁRIO**, os órgãos e entidades federais têm o dever legal de realizar o planejamento prévio de cada contratação de TIC, inclusive daquelas viabilizadas mediante adesão a ARPs, que vai além do mero preenchimento formal dos artefatos previstos na legislação>.

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	xxxxxxxxxxxxx

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
...

_____ <Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

17. Anexo IV - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUT

ANEXO IV: TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
DD/MM/AAAA	1.0	Primeira versão do documento.	XXXXXXXXXXXXX

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

<Conforme **ACÓRDÃO 172/2021 – TCU -PLENÁRIO**, os órgãos e entidades federais têm o dever legal de realizar o planejamento prévio de cada contratação de TIC, inclusive daquelas viabilizadas mediante adesão a ARPs, que vai além do mero preenchimento formal dos artefatos previstos na legislação>.

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

[...]

[...]

[...]

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

[...]

[...]

[...]

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas /resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

[...]

[...]

[...]

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

[...]

[...]

[...]

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

[...]

[...]

[...]

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

[...]

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

[...]

[...]

[...]

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

[...]

[...]

[...]

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[...]

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<div></div> <div><Nome></div> <div><Qualificação></div>	<div></div> <div><Nome></div> <div>Matrícula: xxxxxxxx</div>

TESTEMUNHAS	
<div></div> <div><Nome></div> <div><Qualificação></div>	<div></div> <div><Nome></div> <div><Qualificação></div>

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IASMIM GABRIELA SILVA SOUZA

Integrante Administrativo Titular

FRANCISCO CARLOS COELHO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 26/05/2026 às 16:00:44.

LUIZ CLAUDIO BARAUNA COSTA MOURA

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 26/05/2026 às 16:59:45.

ADEMIR DIAS CARDOSO JUNIOR

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 14:36:49.

ADOLFO BREMEN DE SOUSA NOGUEIRA

Integrante Administrativo Substituto.



Assinou eletronicamente em 26/05/2026 às 17:06:26.